
099ª SESSÃO ORDINÁRIA – 16OUT2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero estender a todos os professores uma saudação pelo dia de ontem, Dia do Professor, e hoje aos anestesistas, já que hoje é Dia do Anestesista.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Ver. Dr. Thiago Duarte; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, prezados cidadãos que aqui comparecem no dia de hoje, cumprimento todo especial às lideranças da Banda Municipal que estão aqui para acompanhar a votação que busca garantir a sobrevivência e a permanência da Banda Municipal de Porto Alegre, que é a do tombamento da Banda. Nossos cumprimentos, e obrigado por estarem aqui hoje.

Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho certeza de que depois o Ver. Brasinha vai pedir Liderança, mas o Ver. Brasinha é o meu grande amigo e ele vai me poupar, porque quem larga na frente acaba tendo desvantagem, porque eu não posso parar e eu resolvi trazer algumas questões da Cidade. E aqui eu vou voltar a dizer: não falo a Vereador da oposição, não faço essas brigas raivosas, tem que ser do Governo. E respeito quem assim o faz, porque acho que todos temos liberdade – e que bom que existe a liberdade – para a gente se posicionar a favor ou contra ou aqueles que pensam como eu, Vereador, e como V. Exa., Ver. Tarciso Flecha Negra, que somos independentes e procuramos atender às questões pontuais. E é nesse sentido que eu volto a esta tribuna para dizer que, domingo – eu mostro aqui (Mostra foto.) –, eu levei o meu amigo Tongo, que é um jegue de minha estimação, para mostrar um dos buracos, de forma irresponsável, que permanece lá na Av. Carlos Barbosa, esquina com a Av. José de Alencar. Vejam os senhores aqui, vou mostrar uma outra foto. (Mostra foto.) Esta foto aqui é de hoje, olhem aqui! Olhem só o que está acontecendo aqui, os automóveis tendo dificuldade, manobrando ao lado do buraco. Isso aqui é outra foto de hoje, para saberem o perigo que é isso aqui. Aí eu quero, por outro lado, agradecer ao Alexandre, da SMOV,

que me mandou uma comunicação de que foi informado a ele, evidentemente, que a caixa subterrânea pertence à Empresa de Telefonia Oi, e devido ao estado da caixa foi confeccionado um teto novo que no momento está curando previsão para substituir, sexta-feira, dia 18, à noite, devido ao trânsito. Olhem, gente, isso tudo é possível e até concordamos, mas será que a Oi não tem uma tampa para botar lá, uma tampa reserva para colocar enquanto fabrica outra tampa, será que ela não tem nada de reserva? Será que tem que deixar um buraco aberto na via pública? Sinceramente, eu quero acreditar porque o Alexandre é um profissional que trabalhou nesta Casa, trabalhou na Prefeitura, um homem sério, responsável, e não iria me trazer uma informação que não fosse verdadeira. As empresas de telefonia, como os bancos, tomaram conta deste País, Janta, e parece que nós, cidadãos, não temos como resolver isso. Isso é o que aparece, essa é a impressão que nós temos, mas não pode ser assim. Então, eu tenho que dizer que, talvez, para a Oi, não seja tão significativo, já que ela tem muito dinheiro para fazer comerciais na TV, no rádio, nos jornais, pois isso é uma falta de respeito com os cidadãos, Cecchim, V. Exa. que tem empresa. Então, será que não há uma tampa de reserva para ir botar lá até consertar? Isto é explicação que se dê, meu Deus do céu? Deixar um buraco desses no meio de uma avenida igual a Av. Dr. Carlos Barbosa, e aí botam um cavalete? Gente, está aqui, vou mostrar, é o meu Secretário, ele trabalha comigo domingo, é o meu jegue. (Mostra fotografia.) Essa foi a maneira que encontrei de chamar atenção. E aí botam um cavalete. Gente, se der um vento, se chover de noite, e esse cavalete sumir dali, é óbvio que vai cair um carro, dois, não sei quantos ali dentro daquele buraco. Ora, convenhamos, sinceramente, Presidente, é lamentável! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho aqui em tempo de Liderança do PTB, nesta tarde, para fazer referência e uma homenagem pelo Dia do Líder Comunitário, comemorado hoje em Porto Alegre, por uma Lei Municipal. Eu comecei a minha militância política no movimento

estudantil, mas dei a minha passada, Ver. Cecchim, pela atividade comunitária, como Vice-Presidente do Núcleo Comunitário Jardim das Palmeiras, Grutinha (Majagru). Pois o líder comunitário, hoje, tem seu reconhecimento, desde 2006, nacionalmente, pela Lei nº 11.287, do ex-Presidente Lula, que instituiu o dia 5 de maio como o Dia Nacional do Líder Comunitário. Em 2007, o Deputado Raul Carrion, por meio da Lei nº 12.781, instituiu, no mesmo dia 5 de maio, o Dia do Líder Comunitário em Porto Alegre. E como não poderia ser diferente, Porto Alegre é pioneira na constituição do Dia do Líder Comunitário. Lá em 2003, tivemos uma Lei do nosso saudoso Ver. Ervino Besson, a Lei nº 9.354, que instituiu o dia 16 de outubro como o Dia do Líder Comunitário, em Porto Alegre. Por que o dia 16 de outubro? Porque foi o dia em que foi criada a União das Associações de Moradores de Porto Alegre. Então o saudoso Ver. Ervino Besson, inteligentemente, homenageou o líder comunitário no dia da fundação da principal entidade de representação de moradores da nossa Cidade, que hoje está fazendo 30 anos. Assim, aproveito, para, além de homenagear os líderes comunitários, homenagear essa importante entidade na vida política da nossa Cidade. Porque o líder comunitário identifica; constrói valores de interesses comuns e coletivos; promove a colaboração; partilha a liderança e a responsabilidade; encoraja o envolvimento de outras pessoas nas causas do bem comum; tem uma ação de mediação, de dinamização e apoio às comunidades onde atuam; são responsáveis pelo controle social das funções de Estado, do Executivo; na sua grande maioria, são pessoas que trabalham pelo bem da comunidade e não são remuneradas, são movidos pela paixão de ajudar o próximo; exercem uma grande tarefa pública.

Nós nos preparamos este ano para, na Semana de Porto Alegre do ano que vem, comemarmos uma outra grande data da história da democracia participativa do nosso Município. Serão os 25 anos do Orçamento Participativo, que foi criado em 1989. E são também os líderes comunitários que tocam o Orçamento Participativo até hoje.

O meu Partido, o PTB, a nossa Bancada, o diretório municipal, estará realizando na próxima terça-feira, dia 22, uma comemoração pelo Dia do Líder Comunitário, ali no CTG Estância da Azenha, na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 155. Aproveitamos aqui a oportunidade para convidar a todos os líderes comunitários que quiserem ser homenageados pelo PTB para que lá possam se fazer presentes. Também está aberto aos demais partidos que queiram ir lá confraternizar conosco, e com quem lá estiver,

participar dessa atividade que o PTB de Porto Alegre estará fazendo em homenagem ao Dia do Líder Comunitário de Porto Alegre.

Quero aqui também aproveitar, Presidente, para falar sobre a lei municipal do nosso saudoso Ver. Ervino Besson, Lei nº 9.354, que prevê uma sessão solene aqui, na Câmara Municipal, todos os anos para se comemorar esse dia. Essa sessão solene, pela nossa lei aprovada em 2003, deve ser realizada entre os meses de setembro e novembro...(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)...Só para finalizar, Presidente, quero deixar como sugestão que V. Exa., através da sua Mesa Diretora, possa, ainda ao longo deste mês de outubro, ou talvez no mês de novembro, propor, então, o que está previsto na nossa legislação, através da proposição do nosso saudoso Ver. Ervino Besson, que se faça uma sessão solene aqui em homenagem a todos os líderes comunitários da nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Cassio, excelente lembrança. Eu lhe peço que encaminhe à Mesa para que, oportunamente, possamos combinar.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu uso o tempo de Liderança do nosso partido Solidariedade para ler e comentar aos companheiros Vereadores um artigo da Central, que eu dirijo aqui em nosso Estado e nacionalmente, que foi publicado no Diário de São Paulo, no dia 16 de outubro de 2013, pelo nosso Secretário-Geral da Força Sindical nacional, o João Carlos Gonçalves, Juruna, que fala quem ganha com a ação dos *black blocs*, que são os mascarados. A ação dos *black blocs* mascarados, ou os vândalos, como alguns chamam nas manifestações, não ajudam, em hipótese nenhuma, os trabalhadores ou a sociedade civil organizada, nem a ação sindical, nem a democracia do nosso País; ao contrário, vem atrapalhando. Um exemplo disso é a manifestação das centrais sindicais na Jornada Mundial pelo Trabalho Decente e a grande mobilização social em apoio aos professores do Rio de Janeiro e de São Paulo, no último dia 07 de outubro, que acabaram ofuscadas pelo quebra-quebra por

eles provocados. E vimos isso diariamente na imprensa, vimos isso ontem também na imprensa. Quem ganha com isso? Parece que a história vem se repetindo. Quem não se lembra das infiltrações dos agentes disfarçados de agitadores nas mobilizações dos marinheiros do Rio de Janeiro antes do golpe militar de 64? O próprio líder do movimento dos marinheiros, o cabo Anselmo, era um agente militar policial disfarçado. Aqueles que causam depredações de patrimônio público e privado na manifestação são, de um modo geral, manifestantes equivocados, que se pretendem anarquistas, mas assimilam de forma distorcida e rasa o velho método de ação direta do anarquismo, sobretudo nesse início de século XX. Escondidos por trás de máscaras dessa visão distorcida do anarquismo, esses manifestantes vândalos fazem o papel, quando não são, na verdade, meros e desprezíveis agentes provocadores da direita. Sejam eles equivocados ou provocadores com a ação intencional, o efeito de suas ações sempre é o mesmo: deixar em segundo plano, por meio da depredação e da violência, o que há de mais importante nessas manifestações, que são as bandeiras legítimas de lutas, de reivindicação dos legítimos representantes do movimento social e do movimento sindical e justificar medidas oficiais para restringir o direito constitucional à livre manifestação. Basta ver as manchetes dos jornais e noticiários, que devido à gravidade da ação dos *black blocs*, acabaram focando suas manchetes nessas ações. Os trabalhadores, os dirigentes sindicais não aceitam isso. Não aceitamos a violência como forma de manifestação, repudiamos a violência daqueles que, interessados ou não, criam os pretextos para os ataques da polícia contra as manifestações, as reivindicações, que são firmes, coerentes, mas pacíficas. Os trabalhadores querem mobilizar o povo e não afastá-lo do fomento, por medo da violência.

Fizemos duas grandes manifestações, uma no dia 11 de julho, e outra, agora, no dia 30 de julho, sem causar violência, sem machucar ninguém, sem destruir nada, e não vamos aceitar infiltrações de mascarados. Nós enfrentamos a ditadura de cara limpa, Ver. Reginaldo Pujol, nós não botamos sequer uma bandana no nosso rosto, sequer uma máscara do saci-pererê, ou de qualquer outro personagem, e enfrentamos essa ditadura. Nós não vamos aceitar infiltrados nos nossos movimentos, em reivindicações justas do povo brasileiro, com máscaras, intimidando as pessoas, destruindo o patrimônio público, dizendo que estão reivindicando. Estão acabando com o direito de as pessoas reivindicarem.

Os trabalhadores querem e exigem mobilização; o povo não será afastado de suas lutas; os trabalhadores não podem ser reféns daqueles que agem para desfigurar as manifestações legítimas e democráticas. Nós temos que banir as máscaras das manifestações! Lugar de máscara é no carnaval, no pierrô e na colombina; não é nas ruas! Quem se esconde, desde os tempos da China antiga, são os bandidos; são os ninjas, que prestavam o serviço sujo aos imperadores; eram as pessoas, na época do Velho Oeste, que assaltavam as diligências; são os bandidos que tampam seus rostos. Quem luta pelo Estado Democrático de Direito luta como eu, como a Ver.^a Jussara Cony e muitos Vereadores aqui presentes, que o fizeram a sua vida inteira, de cara limpa, de cara aberta, de coração limpo, não mascarados. Queremos, aqui, exigir que os Governos, de acordo com o projeto que a Ver.^a Mônica Leal tem nesta Casa, façam com que sejam banidas as máscaras deste Brasil. Lugar de máscaras é nos salões de baile! Lugar de máscaras é nos carnavais, não nas manifestações populares e públicas neste País! Com força, fé e solidariedade, vamos trazer o direito de reivindicar de cara limpa nas ruas deste País! Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Anuncio a presença do Sr. Victor Hugo Amaro, Presidente da Associação das Entidades Carnavalescas.

Registro o recebimento de um documento do Movimento Viva Gasômetro, assinado pela Sra. Jacqueline Sanchotene, informando que a Sra. Josiele Fraga representará o movimento no evento de pedido de tombamento da Banda Municipal de Porto Alegre.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, funcionários desta Casa, senhores e senhoras que nos assistem aqui e pela TVCâmara, venho aqui manifestar, infelizmente, o meu sentimento de insatisfação. Li, hoje, sobre um Termo de Ajustamento de Conduta que o Ministério Público forçou as entidades carnavalescas e a Prefeitura Municipal a assinarem. Digo que forçou, porque, mais uma vez, as entidades de cultura de matriz africana estão sendo excluídas. Os nossos

territórios, os territórios negros de Porto Alegre estão sendo excluídos da área central. Já tivemos o Porto Seco, o eterno salão do carnaval que não termina nunca, colocado para longe do Centro de Porto Alegre.

Já tivemos nossas sociedades, e aqui eu falo de Floresta Aurora, Satélite Prontidão, União Democrata, entidades de cultura de matriz africana também extintas e encaminhadas para longe do Centro de Porto Alegre. E assim tem acontecido.

E agora, o Ministério Público, o quarto Poder, elabora esse Termo de Ajustamento de Conduta com as escolas de samba proibindo, limitando e diminuindo os horários de manifestação do povo negro nessas entidades, como se somente o samba trouxesse prejuízo à comunidade do Centro de Porto Alegre.

Esqueceu-se o Ministério Público que as sociedades carnavalescas trabalham o ano inteiro, inclusive com um trabalho social e cultural nas comunidades que representam, junto aos idosos, às crianças, às mulheres; esqueceu-se o Ministério Público, infelizmente – porque como é elite, possivelmente não frequente o carnaval de Porto Alegre –, que o carnaval de Porto Alegre é o terceiro maior carnaval do Brasil. Dizem. Eu até acho que não somos o terceiro, mas é o terceiro maior carnaval do Brasil. E com um diferencial do Rio de Janeiro, que dizem que é o maior espetáculo da Terra. Então, somos o terceiro maior espetáculo da Terra, não é, Victor? E isso não é considerado cultura pelo Ministério Público.

Estamos, agora, vendo, infelizmente, os nossos ilês sendo expulsos dos seus espaços. Então, senhores, peço mais atenção, maior respeito à cultura negra. Estão acabando com os tambores, infelizmente, e acabando com a cultura de uma raça que é o braço forte do trabalho e desenvolvimento deste nosso País. Obrigado, senhores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste. Eu gostaria de agradecer a atenção e o carinho do Secretário da FASC, Kevin Krieger. Ontem eu estive lá, fui bem recebido pela sua equipe, com muito carinho, muito calor humano. Muito obrigado. É isso que nós, Vereadores,

precisamos ter ao levar os nossos Pedidos de Providência, sermos bem recebidos. Parabéns, Ver. Delegado Cleiton. Eu tenho recebido bastantes mensagens no meu Facebook, inclusive agora mais do que nunca, sobre o descaso com o negro. Eu vou um pouquinho mais além. Eu sou uma folha nessa árvore negra, uma folha que luta intensamente, desde que nasceu, para não cair dessa árvore, para não secar nesse chão. Não é poesia, gente, isso vem dos meus 6, 7 anos, no Estado de Minas Gerais, onde a maior cultura negra está. Foi para onde foram todos os navios negreiros, onde estavam as minas, os canaviais, os cafezais, a maior raça negra está ali dentro daquele Estado. Eu vou um pouquinho mais, Ver. Delegado Cleiton, enquanto nós, negros, não nos respeitarmos, dificilmente nós vamos ser respeitados. O movimento tradicionalista começou pequeno, e hoje é um dos maiores movimentos do Estado ou do Brasil ou do mundo. O que venho pedindo, desde que entrei na Câmara e no futebol, divulgando o negro... Gente, eu sou uma andorinha, e uma andorinha não faz verão. Agora, vou lutar até o fim. Sou o beija-flor, sim – dão risada de mim na rua –, tento, com um pingo de água, apagar aquele incêndio, mas aposto que se tiverem mais e mais beija-flores nós vamos conseguir apagar esse incêndio. Chegou o momento, agora – recebi milhares de mensagens no meu Facebook – de a raça negra lutar. Começar dentro de nós essa luta para sermos respeitados lá fora, para conquistarmos aquilo que é de direito nosso no Brasil. Não é só em Porto Alegre, é no Brasil. O negro ajudou a construir este País, assim como muitas raças...

(Aparte antirregimental.)

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Aceito a crítica, mas não me dou como culpado por isso que acontece. Isso vem desde 1500, quando foi descoberto este País. Trouxeram os negros nas embarcações, nos navios negreiros e aqui foram jogados como escravos. Aquela corrente na canela, foi tirada dos nossos antepassados. Nossos pais, nossos avós tiraram aquela corrente, conseguiram. Eu pergunto: e aqui dentro, nós conseguimos tirar essa corrente invisível que nós temos dentro da cabeça ainda? Enquanto nós não tirarmos essa corrente invisível da nossa cabeça, nós não vamos ser respeitados neste País. Chegou o momento de a raça negra ser um movimento, pois temos o samba, temos

a cultura... Pouca gente sabe: entrei aqui na Câmara e o primeiro projeto do meu sonho foi o Museu do Negro, nesta Capital, que tem 50% de afrodescendentes. Nem ouvido fui, mas eu sou chato, Bernardino, porque, na minha vida, todas as minhas conquistas foram com luta, com garra, com choro! Eu sou como o beija-flor e vou continuar. Enquanto viver, quero ver esse Museu do Negro ser essa chama aqui dentro deste Estado, aqui dentro desta Capital onde temos quase 50% de afrodescendentes. Vamos parar de brincar. Vamos nos unir, negros, e vamos lutar juntos, todos nós. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa-tarde, Sr. Presidente, Dr. Thiago; boa-tarde Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, e público que nos assiste nas galerias e em casa. Há pouco, falaram os Vereadores Tarciso Flecha Negra e o Delegado Cleiton. Esse assunto que o senhor relatou há pouco, Ver. Tarciso, sobre o negro, sobre o escravo, cada vez que vem esse assunto aqui na tribuna, me sinto triste que ainda aconteça esse tipo de discriminação com o negro, porque, particularmente, acho que o respeito com as pessoas vem de berço. Ver. Tarciso. Mesmo que eu não esteja aqui, quando sair esse museu, quero estar lá para te dar um abraço e tenho certeza de que isso vai acontecer. Quanto ao respeito à pessoa negra, isso já vem de berço. Desde pequeno, meus pais já diziam para eu chamar as pessoas pelo nome; não chamar por apelido, não chamar de negro ou coisa parecida, porque todo o ser humano é igual, e, graças a Deus, eu tenho muitos amigos negros e me orgulho bastante disso. A gente não deve fazer diferença entre as pessoas, pois não é por ser branco, amarelo, negro que uma pessoa é mais importante do que a outra ou que tenha que ser mais respeitada, Ver. Pedro Ruas. Então, o respeito tem que ser com todos. Com certeza, Tarciso, isso não é só para ti e nem para o Delegado Cleiton. Eu muito me orgulho de dizer para as pessoas com quem converso que trabalho com vocês aqui. Não são vocês que vão lutar sozinhos, a gente está junto nisso daí. Vamos lutar juntos com todo o respeito que eu tenho pelo negro, com todo o respeito que transparentemente passei para as pessoas com as quais convivi.

Hoje, como o nosso Ver. Cassio falou, é o Dia do Líder Comunitário. Com certeza, Ver. Cassio, temos que ter respeito pelo líder comunitário, porque são pessoas que batalham, que deixam de estar com a família para batalhar pela sua comunidade, no dia a dia, e muitos não são remunerados. Eles são chamados a qualquer hora da noite para dar apoio à comunidade. O líder comunitário faz aquela união entre as pessoas para que as demandas sejam solucionadas, e isso é muito importante.

Hoje também é o Dia do Anestesista, um dia também muito importante. Muitas cirurgias não são realizadas se não tiver um anestesista. Então, a gente também tem que ter todo o respeito por eles. Nós precisamos deles. É uma profissão que eu admiro muito.

Eu fico feliz por ter sido solicitado na Estrada Retiro da Ponta Grossa, onde tinha acontecido um acidente: uma criança foi atropelada. Naquele dia entramos em contato com a EPTC – e temos o Émerson aqui, que é assessor da EPTC. Émerson, agradeço pela atenção que tu nos deste. Lá, nessa semana, foram colocados um quebra-mola e uma faixa de segurança em frente àquele projeto em que existem duas creches. As crianças transitam por ali. Conseguimos concretizar isso com o apoio da comunidade, que se reuniu. Eu não digo que eu fui lá e fiz o trabalho porque a comunidade se uniu. Sim, eu dei o meu apoio, mas como é importante a comunidade se unir para nos trazer as demandas para que a gente possa ajudar na concretização delas. Eu fico feliz com isso.

Fico feliz com os meus 35 Vereadores que aqui estão. Sozinho a gente não faz nada, Ver. Pedro Ruas. Eu não faço nada sem a sua ajuda dos outros Vereadores. Não é querer dizer assim: eu faço tudo, eu resolvo toda a Porto Alegre, sou eu que comando tudo! Não, é mentira. Nós, aqui, os 36 Vereadores, independente de partido, estamos trabalhando para a população que nos colocou aqui. E não tem essa coisa de partido, de cara feia. Fico feliz quando nos encontramos – já o encontrei, Ver. Pedro Ruas – em várias situações de demandas, nas quais trabalhamos juntos, chegamos ao objetivo, que é colaborar com a população, e não essa coisa de puxar para cá e puxar para lá.

Falando também do nosso Ver. Idenir Cecchim, com quem me encontro seguido nos eventos, fico feliz com a tua presença sempre, como fico feliz com qualquer Vereador que chegue, como o Ver. Dr. Thiago, com quem também trabalho, o Ver. Mario Fraga e todos do Extremo-Sul e Zona Leste. Nós não podemos chegar a um evento e dizer “eu sou o dono do campo”, e, quando chega outro Vereador, o sujeito vira a cara e se pergunta: “Como é que ele chegou aqui?” Não, nós temos que trabalhar juntos: são 36 Vereadores

para trabalhar para a população de Porto Alegre, que nos elegeu, e temos de trabalhar unidos. Se cada um puxar para um lado, se cada um puxar para o outro lado, a população é que acaba perdendo com isso. E nós não estamos aqui para isso; aqui nós somos uma seleção de vários partidos, com os quais temos que solucionar as demandas da nossa população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ouvi o Ver. Paulinho Motorista, sempre solidário, sempre bom colega em todos os lugares em que se encontra. Ouvi atentamente, Ver. Tarciso, V. Exa. falar sobre o Museu do Negro. Eu acho que tem que fazer, pois existe o Museu do Imigrante. Mas que baita imigrante é o negro! Ele é um imigrante! E, pior, fizeram o negro imigrar na marra, até aqueles que não queriam, ou a maioria que não queria. Vieram para cá, ajudaram a construir este País, ajudaram a construir Porto Alegre e ajudaram a construir a economia. Então, nada mais justo do que se fazer o Museu do Negro.

Até perguntei a V. Exa. se a Câmara de Vereadores – e isso me perguntou uma amiga minha, negra também – já estava preparada para fazer a Semana da Consciência Negra, agora em novembro. Eu acho que, se já não tiver alguma coisa organizada, nós não vamos fazer. Mas nós temos essa obrigação; a Câmara de Vereadores, que representa a cidade de Porto Alegre, que representa a população branca e a negra, tem que fazer, ou pelo menos, chamar a atenção para isso.

Eu quero aproveitar o tempo que ainda tenho nesta tribuna, pedindo licença aos meus colegas Vereadores de outros partidos, Ver. Comassetto, para falar da convenção do PMDB em todo o Estado do Rio Grande do Sul que acontecerá neste próximo sábado. Se há uma coisa que eu respeito, e sei que todos os meus colegas respeitam, é a convenção dos partidos, quando o filiado pode dar a sua opinião, a sua contribuição. No PMDB, teremos, no próximo sábado, em todo o Rio Grande do Sul, em todo o Brasil, as convenções municipais. E aqui em Porto Alegre não será diferente. E tem uma particularidade nessa eleição do final de semana, do PMDB de Porto Alegre, que há

muitos anos não acontecia: estão inscritas quatro chapas na disputa do Diretório Metropolitano do PMDB. Acho isso saudável, importante, e isso é fruto daquilo que a população está reclamando nas ruas. Dentro dos partidos, também, há uma ânsia ou de mudança ou de uma sacudida nos líderes, nos de sempre. Os filiados querem falar. Os filiados querem dar a sua contribuição, querem exigir.

Então, eu queria saudar, Ver.^a Lourdes, as quatro chapas que participarão dessa convenção no sábado. Eu não digo que estão disputando, é melhor dizer que estão participando. E quem tiver mais votos dos filiados, mais simpatia dos filiados, ou se forem repartidos esses votos, que os saudemos como quem quer participar de um processo democrático, como quem quer mudança.

Eu entendo assim: as pessoas querem mudança não só da Presidente, mas do Governador, dos prefeitos, dos deputados, querem mudança desde a base, e este sábado será um momento importante para que os filiados do PMDB – não só de Porto Alegre, Ver. Garcia, mas de todo o Rio Grande, de todo o Brasil –, possam se manifestar votando na chapa, naquela corrente ou naquele grupo com que melhor se identifique.

Eu quero agradecer aos meus colegas Vereadores por terem ouvido essa nossa saudação ao Partido, à participação dos filiados, das correntes, das chapas que estão participando da convenção no próximo final de semana. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero só esclarecer, Ver. Cecchim, que nós faremos a Semana da Consciência Negra, já temos inclusive a participação de diversos gabinetes, foi encaminhado *e-mail* para os gabinetes, e novamente esta Presidência assumiu, junto com a Direção-Geral, o encargo de fazer a Semana de Consciência Negra. Quero agradecer muito a presença e a participação da Rejane, do Gabinete do Ver. Delegado Cleiton; do Ver. Tarciso e de pessoas do seu gabinete; do Ver. Bernardino; da Bancada do PT; do gabinete do Ver. Cláudio Janta, enfim, de diversos gabinetes. Temos tido participação na Semana de Consciência Negra, que vai transcorrer do dia 13 ao dia 20. Só para ter uma ideia da programação, e isso me possibilita fazer esse esclarecimento, no dia 7/11, discutiremos, numa audiência – pelo menos é o que está programado –, o Estatuto da Igualdade Racial; o tema este ano vai ser territórios negros, e teremos aqui para discutir conosco o Senador Paulo Paim. No dia 13, às 19h, no Plenário Ana Terra,

pág. 12

teremos o Oswaldir Bittencourt, que vai falar sobre o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre, e o Sr. Lucio Antonio Machado Almeida, funcionário desta Casa, da Direção Legislativa. No dia 14, teremos a abertura da exposição, e, às 14h, neste plenário, falaremos sobre a saúde da população negra, trazendo a Dra. Lucia Silla, do Hospital de Clínicas, que vai falar sobre a questão da anemia falciforme; o Dr. Coronel, que vai falar sobre doenças mentais; e o Dr. Isaías, que vai falar sobre doenças crônico-degenerativas e vai dialogar com os Vereadores. Às 18h30min do mesmo dia 14, debateremos os 25 anos da Lei Antirracismo com o Dr. Antônio Carlos Cortes, o Dr. Osvaldo Ferreira dos Reis, o Juiz Roger Raupp e o Juiz Jorge Terra da Silva. No dia 15, que é feriado, nós teremos uma atividade espetacular: a Carris cedeu um ônibus para a Casa, que já faz esse trabalho, e nós visitaremos os territórios negros de Porto Alegre. No dia 18, no Plenário Ana Terra, teremos um debate com os representantes do Movimento Negro. No dia 19, uma palestra com o João Cândido de Oliveira Neto, neto do João Cândido, o “Almirante Negro”; e, às 19h, uma Sessão Solene com a Mãe Maria de Oxum aqui neste Plenário Otávio Rocha. E, para finalizar, no dia 20, às 14h30min, na Sessão Plenária, mais uma vez, discutiremos, com os Governos Federal, Estadual e Municipal, a Lei nº 10.639/03, da educação das escolas públicas municipais; e, às 19h, teremos aqui a entrega do Troféu Deputado Carlos Santos, escolhido pelas pessoas que têm participado. Então eu acho que vai ser uma semana muito forte, e teremos outras atividades culturais. Quero agradecer profundamente às pessoas que têm participado: reitero, novamente, que têm-nos ajudado a coordenadora da Bancada do PT; o Ver. Tarciso; o Ver. Delegado Cleiton, enfim, todos os Vereadores que têm a sua assessoria envolvida e que têm participado. E faremos tudo isso, Vereador, sem jetom, porque a causa é mais importante.

O SR. IDENIR CECCHIM: Presidente, fico muito feliz por ter levantado o assunto e mais feliz por ouvir esse relato competente. A Câmara de Vereadores realmente vai fazer uma grande Semana da Consciência Negra. Acho que nós todos estamos felizes com esse relato que V. Exa. acaba de fazer. Tenho certeza de que a cidade de Porto Alegre faz justiça a quem é tão importante na sua criação e no seu desenvolvimento. Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Vereador.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, em meu nome e em nome da bandeira negra, venho aqui lhe agradecer, porque estou na Casa há cinco anos, e esta é a primeira Presidência que toma partido da Consciência Negra com uma determinação forte. No momento em que a Consciência Negra não iria existir neste ano, você tornou-se como negro e falou que iria ter Consciência Negra este ano; e todas Lideranças da Casa estão trabalhando para que a gente possa fazer uma linda e bonita Semana da Consciência Negra. Então, eu venho aqui lhe prestar como que uma homenagem para dizer assim: obrigado, particularmente, pela tua posição como Presidente, em tomar partido da Consciência Negra, que é nossa, essa é a verdade. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Tarciso.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, acho que a importância é a partir, inclusive, do pronunciamento do Ver. Tarciso, e agora essa a sua colocação como comando mesmo desta Casa. Nosso Presidente diz o que há pouco conversávamos em nome da nossa Bancada – do João Derly e do meu nome também – no sentido de que a nossa Bancada está diretamente envolvida. Quero lhe cumprimentar por a Câmara Municipal ter a sua programação. Há pouco, conversávamos inclusive sobre as questões das doenças étnicas, raciais. Vamos envolver a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, com o Ver. Paulo Brum e todos os nossos Vereadores com essa consciência importante de participação.

A Câmara tem esse simbolismo e esse compromisso decisivo porque essa é uma das questões que fazem parte da história deste País. O Dia da Consciência Negra, ele não vem por acaso, ele é fruto da história, é fruto de Zumbi de Palmares, é fruto da luta dos negros, de brancos, de índios, das raças que nos conformaram para que nós possamos ultrapassar as fronteiras de todas as formas de opressão e de discriminação. Então a nossa Bancada é parceira, como não poderia deixar de ser, e o cumprimenta, Presidente, por essa importante iniciativa.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente, em nome pessoal, em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna eu quero fazer o registro dos nossos cumprimentos a V. Exa., à Mesa, aos

diversos Assessores das Bancadas que atuaram neste projeto, e achei particularmente importante a visita às áreas quilombolas no dia 15. Então, eu acho que vai ser uma Semana da Consciência Negra que vai marcar a história da Casa e nos orgulhar bastante. Ficam os nossos parabéns, aí Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado. Eu divido todos esses elogios com as pessoas que têm participado; a gente tem só orientado, dado o diapasão, mas as bancadas e os funcionários da Casa é que são merecedores de todas essas referências que vocês têm colocado. E como dizia o meu bisavô paterno – que era negro – para o meu pai, que me passou isto: “Thiago, às vezes, uns são só um pouco mais escuros que outros, mas todos nós temos sangue negro”.

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, não é para confirmar as suas palavras, porque não precisam ser confirmadas, elas se confirmam por si só, mas eu quero me dirigir a V. Exa. dizendo que os nossos representantes da Comissão, o Silvio Aquino e a Marlene Porto, reconhecem a abertura que a Mesa da Casa e a sua presidência deu à Comissão para que ela trabalhasse na organização desse evento. Evidentemente que eu não podia deixar de dar esse reconhecimento público, não só porque sou muito reconhecido ao representante do partido nesta Comissão, mas porque quero fazer justiça a V. Exa., que tem sido um colaborador emérito, dentro das suas competências, e indo além da sua competência, dando a sua solidariedade ao movimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Pujol.

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, segunda-feira passada foi um dia muito interessante e muito importante para esta Câmara, Sr. Presidente, V. Exa., inclusive, estive nas duas atividades. Não pudemos estar aqui na discussão importantíssima da audiência pública liderada por V. Exa. sobre a orla do Guaíba, porque estávamos como requerente, eleita Presidente da Frente Parlamentar pela reforma política no Plenário Ana Terra, efetuando o lançamento da Frente

Parlamentar e da Frente Gaúcha, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil. Vários Vereadores não puderam participar, porque estavam ou aqui, ou em outras atividades. Eu lembro de ter conversado com o Ver. Nereu D'Avila, que tem todo o entusiasmo em relação à discussão da reforma política, e a Bancada não poderia, porque estava em uma reunião partidária, inclusive, mas não deixamos de realizar. Quero, de uma forma muito especial, destacar a Ver.^a Lourdes, o Ver. João Derly, o Ver. Airto Ferronato, a Ver.^a Any Ortiz e a Ver.^a Séfora que tiveram a possibilidade de participar, porque é o momento da nação brasileira, que foi construído com passos importantíssimos na luta pela redemocratização do País. Este momento que vivemos exige um salto mais elevado para que se construa com ampla participação de entidades representativas nacionais, estaduais – estavam todas aqui lideradas pela OAB –, movimento social, partidos –, uma das reformas estruturais que aprofundará as mudanças, bem como outras reformas que nós precisamos e que as ruas também deram a conotação do significado da reforma política.

Na realidade, é buscar novos horizontes para um Brasil soberano, com desenvolvimento e com muita democracia. Acho que a frase que o presidente Marcelo, da OAB, colocou no seu pronunciamento é perfeita. A reforma política hoje no Brasil representa a reforma-mãe, é a mãe das demais reformas, como a agrária, urbana, mídia, tributária, para que façamos a nação brasileira avançar rumo a um grande país. Na realidade, a reforma política está a um bom tempo em pauta. Eu tenho a compreensão que essa reforma é inexorável. O Brasil não suporta mais retrocesso e nem estagnação, até porque estagnação sempre leva ao retrocesso. Nós precisamos, neste País, a partir dos avanços que tivemos até agora, inclusive porque nada está pronto e acabado, buscar fazer uma reforma política. Claro que vamos conviver nesse processo de construção da reforma com uma polarização política. Há, sim, essa tendência. Há divergências, há posições diferenciadas: de um lado os que desejam manter o *status quo*, porque se privilegiam; de outro lado, aqueles do campo democrático, popular, que querem uma reforma política que efetivamente garanta a democracia no País. Eu não vou citar partidos políticos, porque em todos eles, com certeza, essa discussão será feita. Há posições divergentes, mas eu acredito que vencerá a posição democrática, porque entra nessa reforma o fortalecimento das agremiações partidárias.

Acho que temos a convicção de que a proposta da OAB é aquela que tem hoje a convergência, que unifica, para iniciar a discussão, que é a questão do financiamento, da participação da população nesse processo. O embate vai ser muito salutar, porque é com seriedade, com responsabilidade, com unidade que nós estamos todos dispostos, eu creio, a construir uma convergência para aquilo que é melhor para o País. Eu quero lembrar que essa proposta da reforma política surgiu em torno e no bojo da luta pelo Dia Internacional da Mulher, no dia 08 de março, quando as oito Vereadoras desta Casa, por uma proposta nossa, subscreveram – os demais Vereadores também acompanharam – para nós termos essa Frente Parlamentar pela Reforma Política, que não vai trabalhar isolada, já está trabalhando com a OAB; que a OAB hoje, no País, lidera esse movimento. Claro que nós vamos avançar na discussão... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Finalizo, então. O financiamento é decisivo. A iniciativa popular, que hoje restringe apenas a projetos de lei ordinária, nós queremos que vá a projeto de lei complementar, inclusive, a emendas constitucionais. Também uma questão importante é se concordam ou não em unificar as eleições no País, que pode ser um passo de avanço.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que algumas ações vão ser muito importantes e já estão em andamento a partir de segunda-feira. Quero agradecer, de uma forma muito particular, ao Presidente Thiago Duarte, que tinha aquela audiência pública e se deslocou para fazer a abertura. A sua presença engrandeceu aquele momento, mostrando que não é apenas uma Frente Parlamentar desse ou daquele partido, mas uma Frente Parlamentar desta Casa, Sr. Presidente. Acho que vamos fazer um belo trabalho junto a OAB, a CNBB, as centrais sindicais, digo ao Ver. Janta que estavam aqui a CTB e a Força Sindical, o que já demonstra também o olhar dos trabalhadores para a reforma-mãe como disse o Presidente da OAB. Muito obrigada e, em seguida, nós estaremos convocando e convidando a todos os Vereadores para a primeira reunião de trabalho da Frente Parlamentar pela Reforma Política, junto à Frente Gaúcha, liderada pela OAB pela reforma política. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, cumprimento os nossos trabalhadores da Cultura que representam a Banda Municipal e que estão aqui na luta para tentar salvá-la. Sejam bem-vindos!

Quero me referir a um diálogo que temos feito desta tribuna com o Governo Municipal, Prefeito José Fortunati, sobre um conjunto de ações desenvolvidas. Eu inicio pelo tema que culminou, no final de semana, com a vinda da Presidenta Dilma que oficializou, numa parceria republicana da União, Estado e Município. Portanto, a Presidenta Dilma, o Governador Tarso Genro e o Prefeito Fortunati constituíram e tornaram real a possibilidade de avançarmos em Porto Alegre na constituição da mobilidade urbana com o metrô. E ontem foi constituída a estatal que vai gerir o metrô da Capital, cuja proposta de manifestação de interesse também foi indicada. Esse projeto é de R\$ 5 bilhões, portanto tem que ter, sim, muita participação da sociedade.

Segundo ponto, Sr. Presidente, o Prefeito Fortunati fez um pronunciamento dizendo que não mandará mais ninguém do Executivo para audiências públicas na Câmara de Vereadores. Quero dizer ao Prefeito que é um equívoco. Se muitos temas estão hoje tendo contestações na Cidade e no País, é por falta de diálogo. E o tema da orla: se houve aqui um bombardeio de ideias para com o arquiteto Lerner, foi por falta de diálogo. A Banda Municipal está aqui por falta de diálogo, e assim sucessivamente. Então, estamos aqui, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para dizer ao Prefeito que o diálogo para produzir a Cidade é necessário e é a afirmação da democracia.

Eu também não poderia me furtar hoje do tema das manifestações que ocorreram ontem na cidade de Porto Alegre. Quero falar de um tema particular, porque, hoje pela manhã, conversamos com o Secretário Michels sobre o episódio na casa do Prefeito. Quero registrar, em nome da minha Bancada, que qualquer autoridade tem que ter o respeito da Cidade, e a estrutura pública e o Estado têm que, sim, protegê-las. O Secretário Michels, quero transmitir aqui, tem esse compromisso. Ontem houve uma mobilização muito rápida e houve uma agressão descontrolada e descabida. Quero registrar que as pessoas têm que ter, na sua privacidade, o seu respeito, mesmo sendo autoridades. Então, eu trago

aqui a palavra do Secretário Michels sobre esse tema, pois o Prefeito tem e merece não só a proteção como o respeito, como autoridade da Cidade. Então, por último, quero dizer que tenho vindo a este plenário, Ver. Cláudio Janta, Mario Fraga, Mônica Leal, Reginaldo Pujol e muitos outros, trazer aqui a preocupação da Cidade quanto a aprovações de projetos. Hoje, o Prefeito anunciou a constituição do novo escritório para analisar os projetos, porque os projetos da Cidade estão paralisados. E nós aguardamos até o momento, continuaremos aqui, fazendo essa análise propositiva e crítica, mas queremos que esse escritório venha para resolver os problemas da Cidade, tanto os projetos de ordem do Governo Federal – as obras também estão paradas –, como os projetos que os nossos colegas engenheiros e arquitetos não conseguem aprovar. Com isso, a Cidade está paralisada. Então, esse escritório é bem-vindo, mas ele tem que apresentar, inclusive para esta Casa, a sua metodologia de funcionamento e a transparência com que irá funcionar, para que nós possamos não só apoiá-lo como corrigi-lo quando for necessário. Um grande abraço, muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, inicialmente, quero saudar aqui a presença do Ivo Fortes, hoje dia 16. Trinta anos atrás, criou-se, em Porto Alegre, a UAMPA, a nossa UAMPA. Hoje, dia 16 de outubro, é o Dia Municipal do Líder Comunitário. O nosso abraço em nosso nome e em nome do Governo aos líderes comunitários de Porto Alegre.

Uma pequena observação que eu devo fazer diz respeito à manifestação do Prefeito, aqui contestada pelo nobre Ver. Eng^o Comassetto. Eu, e todos sabem, apresentei o projeto da preservação da orla, da importância da distância de 60 metros em relação à orla. Era, na época, Relator-Geral, quando V. Exa. apresentou, com o Viva Gasômetro, o Parque do Gasômetro. E nós votamos favoravelmente. Está-se discutindo o tema, e o Parque será implantado. E, para aqueles que defendem a orla e sua preservação daqui até o Lami, nós estamos em um grande começo de projeto, que merece, sim, a nossa meditação, Ver. Paulo Brum. Temos posições favoráveis ou contra, respeitamos posições contrárias,

mas compreendemos que é um grande passo para o começo da preservação da orla do Guaíba com acesso universal de todo cidadão e cidadã que queira por ali passar.

Portanto, nós acompanhamos de perto esse processo. Repito: lá em 1989, fui o primeiro Vereador do País que apoiou o OP. E tenho repetido: a participação popular em Porto Alegre é uma referência para todo o mundo.

Agora, quando nós temos aqui convidados para as nossas audiências públicas, nós precisamos compreender que teremos, no plenário, posições favoráveis e posições contrárias. Isso não significa dizer que vamos transformar a Câmara num eco de grandes ofensas aos convidados que aqui estão. E, quer queiram ou não, na audiência passada, as ofensas que aqui disseram foram muitas. Eu compreendo que a posição do Prefeito, nessa manifestação de não mais vir a Câmara para audiência, significa apenas e tão somente um sinal necessário, Ver.^a Luiza, para não continuar esse tipo de debate com desrespeito descabido a autoridades ou pessoas que aqui vêm. Isso precisa ter uma condução diferenciada.

Por outro lado, também, quero fazer um último registro em relação à depredação na Cidade. Nós precisamos ser favoráveis aos manifestos, porém não dá para continuar quebrando o patrimônio público municipal, estadual, prédios históricos, a Prefeitura, o Museu, e assim por diante. Manifestação precisa ter o cunho de manifestação e não pode, uma pequena minoria, aproveitar para quebrar coisas da cidade de Porto Alegre. É isso aí. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoas que nos assistem, utilizo a tribuna na tarde de hoje, mais uma vez, surpresa, chocada e triste com o que ocorreu ontem à noite, em plena Praça da Matriz, a Praça dos Poderes do Rio Grande do Sul, com o ataque à casa do vizinho José Fortunati. Foi mais uma demonstração da total crise de autoridade que estamos vivendo. Reparem na fotografia que está aí sendo exibida. (Mostra fotografia.) Vocês podem ter uma noção do pavor que bateu ontem no nosso Centro, na casa do Prefeito da Capital dos gaúchos. Não podemos

mais conviver com essas exacerbações voluntariosas e anônimas nas manifestações populares de pessoas que vivem à margem e não respeitam nada. Ora, protestos, sim! Vandalismo, não!

Agora, o que me chama a atenção em tudo isso – eu, que acompanho há longa data os órgãos de segurança, a segurança pública –, meu Deus, será que estamos vivendo também uma segurança partidarizada? Pelas informações que eu tenho, na última manifestação, na casa do Governador havia muito mais brigadianos do que professores. Já na casa do Prefeito não havia brigadianos, policiais militares. Ora, quem é o comandante dos órgãos de segurança do Estado do Rio Grande do Sul? O Governador Tarso Genro. Como pode isso ocorrer? É inadmissível, no ano em que comemoramos os 25 anos da promulgação da Carta Magna, da nossa Constituição, nós vivermos a maior crise de autoridade já ocorrida neste Brasil. Eu lastimo, mais uma vez, ocupar esta tribuna para fazer este registro e abrir os olhos da população no sentido de que nós estamos com o comandante do Estado do Rio Grande do Sul fazendo essa separação; nos órgãos de segurança, que eu respeito e amo tanto, fui criada ao lado deles, estamos com um comandante da Brigada Militar que nada fez! Assim como na invasão da Câmara.

Bem, mais uma vez também, venho a esta tribuna para deixar o meu apoio à decisão do Prefeito de não mandar mais representantes à Câmara Municipal nas audiências públicas. Por que digo isso? Porque isso que ocorreu aqui na Câmara com o Jaime Lerner, que é uma pessoa reconhecida pelo mundo todo... A revista Times, como disse o Ver. Villela, apontou Jaime Lerner como uma das 25 pessoas mais influentes do mundo; duas vezes Governador, duas vezes Prefeito. Esse homem veio à Câmara Municipal para uma audiência pública, e ele foi vaiado, agredido verbalmente, assim como a Prefeitura. Temos que olhar a decisão do Prefeito sob essa ótica. Então, neste momento, venho à tribuna para dar o meu apoio à decisão do Prefeito, que muitos – eu sei – estão criticando. Inclusive eu tenho aqui matérias que dizem que o Presidente do Instituto dos Advogados e colegas Vereadores não concordam com a decisão do Prefeito. Pois eu concordo; não só concordo como apoio. Enquanto a baderna perdurar, enquanto as pessoas forem agredidas, não tem por que nós enviarmos uma pessoa da envergadura do Jaime Lerner para ser ofendida. Eu aprendi, na minha casa, desde muito cedo, que, independentemente das ideologias partidárias, das diferenças políticas, das nossas ideias, nós temos que ter uma característica em comum: a boa educação. E o Jaime

pág. 21

Lerner foi muito mal recebido nesta Casa, foi vaiado, foi agredido verbalmente, e eu me sinto envergonhada por isso e entendo e apoio... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Eu finalizava, Presidente, dizendo que, sob essa ótica, eu entendo e apoio a decisão do Prefeito José Fortunati. E, mais uma vez, eu registro que parto do princípio de que toda a manifestação é bem-vinda, desde que respeitosa, principalmente com as pessoas que não fazem parte da mesma, ou seja, que têm o seu direito de ir e vir, que é sagrado, respeitado. Protestos, sim; vândalos, manifestações, depredações, agressões, nunca, jamais! Obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Dr. Thiago, nosso Presidente, demais Vereadores, público que nos assiste pelo Canal 16 e público das galerias, quero, primeiramente, agradecer o Líder da oposição, Ver. Pedro Ruas, que cedeu o tempo da oposição para este Vereador. Em segundo lugar, Ver.^a Lourdes e Ver. Valter, eu venho falar um pouco sobre a CPI, é o que eu pretendo fazer em seguida, mas com a fala da Ver.^a Mônica, eu fiquei um pouco preocupado – Ver. Reginaldo Pujol, que é um Vereador experiente, Ver. Aírto Ferronato, que é o Líder do Governo – com o Prefeito Fortunati, com a sua atuação. E ele é um Prefeito que, tenho certeza, lutou pela democracia, é democrático, mas ultimamente tem cometido, na minha opinião, alguns atos impensados, Ver. Pedro Ruas, que acabam comprometendo-o. Eu acho que ele deveria ter um pouco mais de cautela. Quando a Ver.^a Mônica falou que o Prefeito Fortunati disse que não participará mais de audiências públicas nesta Casa, que a Prefeitura não vai mais participar, ele está se isolando do Parlamento. Assim como ele já disse que ele não precisava dos Vereadores da bancada do PDT para governar a Cidade; assim como ele não cumpriu com o Ministério Público, quando ele estava em viagem para a Europa, que disse que ele deveria exonerar a secretária da SEDA, sua esposa. Eu, num debate do programa de rádio Conversas Cruzadas com a Ver.^a Lourdes Sprenger – quando ela não era

vereadora, mas uma militante da causa animal –, falei que aquela secretaria que estava sendo criada, infelizmente, tinha muita coisa por detrás. Falei que a secretaria estava sendo criada porque tinha endereço certo, e agora, ao ser questionado pelo Ministério Público, o Prefeito diz que o Ministério Público está errado, que a bancada do PDT está errada, que o povo de Porto Alegre está errado. Quando a gente começa a achar que todo mundo está errado, a gente tem que tomar um pouco de cuidado. O Prefeito vai acabar se isolando e isso não é bom para a Cidade, Ver.^a Mônica. Nós temos que dialogar. As críticas, muitas vezes, são duras, mas nós temos que refletir e não tomarmos medidas do tipo “não escuto mais, não participo mais!” Acho que o Prefeito Fortunati tem que tomar um pouco de cuidado e escutar as pessoas, escutar o Parlamento, escutar a sociedade, pois parece que ele vem tomando várias medidas – como o corte das árvores, a questão do passe dos ônibus –, parecendo que tudo sempre está contra ele. Prefeito Fortunati, calma! Tenha calma e administre melhor, com mais tranquilidade, escute este Parlamento, ao invés de se afastar do Parlamento. Escute o Parlamento. Infelizmente, acabei usando mais o meu tempo para expor um pouco do que penso e para tentar ajudar o Governo.

Mas, com relação à CPI da Procempa, Ver.^a Mônica, na qual hoje tivemos mais uma presença importante, do atual presidente da AFP, que era vice-presidente da AFP – Associação dos Funcionários da Procempa, acho incrível como a Procempa transferia recursos públicos para a Associação dos Funcionários. Cinco milhões e seiscentos mil reais, Ver. Janta! E o pior não é a transferência de recursos, é o vice-presidente, atual presidente, dizer que esses números são diferentes dos números das contas que eram aprovadas na AFP. E esses números são números oficiais, pois nós pegamos os documentos que a própria Procempa nos mandou, que eram as transferências do Banco do Brasil para a Associação dos Funcionários. O vice-presidente, atual presidente, disse que esses números não batem com os números da contabilidade. Ver. Reginaldo Pujol, como pode? Isso é dinheiro público, dinheiro que foi transferido da Prefeitura para a Procempa; da Procempa para a AFP e foi gasto sem controle. Parece que a Procempa, realmente, assim como o Governo Fortunati, vive um mau momento, porque as obras que foram feitas, sabe-se lá quanto foi gasto, parece que estão com escora lá porque a estrutura de obras feitas na Procempa, com dinheiro público, parece que estão caindo, estão desmoronando. É mais um problema para a Procempa, porque além de gastar mal

o dinheiro, já que as obras estão ruindo, há outras coisas também ruindo nesta Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em verdade, nós não podíamos nos manifestar porque, como o nosso colega, Líder do Partido da Social Democracia Brasileira, estamos ansiosos para cumprir a Ordem do Dia com os inúmeros processos que se encontram para serem discutidos e votados; já são quase 16 horas, e ainda não iniciamos sequer a Ordem do Dia. De certa forma, sou chamado pelo Vereador que nos antecedeu à discussão a respeito de dois fatos sobre ele manifestado. Então, Ver. Mauro, quero inicialmente dizer a V. Exa. que não podemos, em nenhum momento, deixar de considerar a nossa análise dos fatos fora do contexto em que eles se realizam para que não ocorram duplas interpretações. A maneira com que V. Exa. se manifestou, após o belo discurso da Ver.^a Mônica Leal, pode ensejar uma dúvida: será que o Ver. Mauro Pinheiro está entendendo que a ação do Prefeito Municipal é desproporcional com a agressão que ele recebeu na véspera e antevéspera? Como podemos esperar que alguém que foi, mais uma vez, estupidamente agredido – ele e seus vizinhos –, possa ter posicionamentos serenos nesta hora? A reação do Prefeito, para os últimos acontecimentos, quem não recomendaria que tomasse a forma que tomou? Tem que ser entendido no contexto em que ela foi realizada. É por isso que digo, Ver. Mauro Pinheiro, que cada um de nós tem que ter consciência do que representa. O Ver. Mauro Pinheiro, por exemplo, é presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando fatos, vem à tribuna e já anuncia posições de fatos que estão sendo analisados, que poderão chegar a esse tipo de conclusão ou a outra. Da mesma forma, condena o Prefeito Municipal. Olha, e toda a Cidade de bom-senso, retirando aquelas pessoas que são dominadas pela posição política, estão hoje solidárias com o Prefeito Fortunati. Quem de nós, Vereador e ex-Prefeito Guilherme Socias Villela, pode concordar com essa loucura que aconteceu ali na Praça da Matriz, mais de uma vez? Quem pode concordar? Quem subscreveria estes atos? Quem não vai entender um

Prefeito que, violentamente agredido como foi, toma uma reação que alguns até podem entender como precipitada, e até me incluiria entre eles. Acho que o Prefeito não precisava ter dado a manifestação que deu, ele já tinha a solidariedade do seu povo, dos que votaram nele, e daqueles que não votaram nele, mas que têm juízo e que não concordam com essas barbaridades que estão ocorrendo pelas ruas do Brasil, e que agora pretendem se colocar nas ruas de Porto Alegre. Por isso, Ver. Manfro, tive que vir à tribuna, temeroso de que isso possa retardar mais o início da votação, mas para dizer, tranquilamente, o seguinte: ainda que nós possamos entender que a reação do Sr. Prefeito Municipal não foi a politicamente mais recomendável, não podemos deixar de, nesta hora, independente de qualquer posição, demonstrar a nossa mais ampla solidariedade àquele que tem sido vítima dessas continuadas agressões, que deixam absolutamente preocupadas todas as pessoas de bom-senso e bom caráter nesta Cidade, e me incluo entre elas. Estou solidário com o Prefeito Fortunati e até entendo o cerne dessa declaração, dizendo que não vai mais participar de assembleias aqui nesta Casa porque realmente é um fato indiscutível que o Presidente está aí para demonstrar a formação de palanque nesse movimento. Então, não precisava o Prefeito dizer isso, mas já que disse, eu o compreendo. Ele, agredido, reagiu e fez muito bem.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo a Ordem de Serviço nº 018/2013. (Lê.): “Art. 1º – Altera-se excepcionalmente o cronograma da folha de pagamento da Câmara Municipal de Porto Alegre quanto à data da segunda parcela do mês de outubro de 2013, inicialmente estabelecida para o dia 28, em função do Dia do Funcionário Público, antecipando-a para o dia 25 do mês”.

(15h53min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Sefora Mota, que solicita o adiamento da discussão do PLL nº 037/13 por duas Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento, de autoria da Ver.^a Séfora Mota, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, de sua autoria, ao PLL nº 037/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo a Emenda nº 06, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, ao PLL nº 037/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do PLL nº 224/13 e, logo após, do PLL nº 041/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento, do Ver. Bernardino Vendruscolo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. JOÃO DERLY: Gostaria de citar a presença do representante da Oclae do Brasil, o Sr. Mateus Fiorentine, que está aqui nos prestigiando.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Muito obrigado, seja bem-vindo, Mateus, é uma satisfação tê-lo aqui.

Em discussão o PLL nº 224/13 (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 votos **SIM.**

Em discussão o PLL nº 041/13. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, serei breve. Venho a esta tribuna porque vejo que o projeto tem como fito declarar como bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Município de Porto Alegre a Banda Municipal de Porto Alegre; mas, antes, gostaria de citar aqui a presença

dos componentes da Banda: Marco Antônio da Silva Lopes, Ana Carolina Magalhães Bueno, José Alberto Blanco, Elimar Blazina, Luiz Carlos Baldi, Isaías Valdir e Edivaldo de Souza, Presidente titular da Associação da Banda, que aqui estão. O Isaías e o Edivaldo, nos últimos tempos, acamparam aqui, nesta Casa. Eu até peço escusas se não citei os nomes de todos – tenho a impressão de que não estou com os nomes completos de todos aqui –, mas todos se sintam cumprimentados. Quero também fazer uma referência especial, Isaías e Edivaldo, à colaboração dos colegas, demais Vereadores, e de toda esta Casa, mas citar, especialmente, as Comissões que, rapidamente, contribuíram para que nós pudéssemos chegar aqui, em tão breve tempo, com essa votação: o Ver. Waldir Canal, da CCJ, e os demais componentes da Comissão; o Ver. Idenir Cecchim, da CEFOR, também favoravelmente, e os seus demais componentes; o Ver. Cláudio Janta, da CUTHAB, também favoravelmente ao projeto, e os demais colegas da Comissão; a Ver.^a Sofia Cavedon, da CECE, cujos componentes deram todos pareceres favoráveis – não houve ninguém que votasse contrariamente a este pleito.

Senhoras e senhores, a Banda Municipal, que completa 88 anos, faz parte da história de Porto Alegre. Nós, hoje, estamos aqui fazendo justiça, sem sombra de dúvida, e temos esperança que, a partir de agora, a Banda passe a ter um outro olhar. Costumeiramente, nós estamos vendo aqui, nos atos públicos do Município, a participação da Brigada Militar, do Exército e de outras bandas pelas quais também temos respeito, Vereador e Prefeito desta Cidade, Guilherme Socias Villela, mas nós temos uma banda, a Banda Municipal de Porto Alegre, que hoje completa 88 anos. Nós não podemos abrir mão de buscarmos na Banda Municipal de Porto Alegre, o espaço, a representação que ela conseguiu ao longo dos seus 88 anos. Isso aqui não é um debate na busca do convencimento, porque todos aqui estão convencidos de que a Banda merece esse espaço que estamos buscando hoje. Então não é um discurso, não é um apelo, tão somente estou fazendo o reconhecimento pela dedicação que os senhores estiveram e estão tendo ao longo dos anos. Quantas vezes eu os vi aqui nesta Casa, nos corredores, aqui neste plenário insistindo, e até eu dizia assim: Lá vem o homem do chapéu de novo. Que bom que vocês tiveram tanta persistência, e que bom que nós estamos aqui, hoje, fazendo este reconhecimento, porque nada mais é do que fazer justiça. Obrigado, obrigado mesmo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero fazer uma deferência ao meu professor e ex-Secretário de Saúde do Município de Porto Alegre, Sr. Pedro Gus. É um prazer tê-lo aqui conosco, professor.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; colegas Vereadores, nós queremos, neste momento em que discutirmos o projeto do Ver. Bernardino Vendruscolo, que declara como bem integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do Município a Banda Municipal de Porto Alegre, saudá-lo e parabenizá-lo pela iniciativa. Ao mesmo tempo, também quero trazer a nossa palavra de apoio ao projeto de V. Exa. que, com certeza, é um projeto meritório, é um projeto nobre e importante. Importante pelo seu viés, importante pelo teor. Na sua Exposição de Motivos, de uma forma muito detalhada, traz o histórico da Banda Municipal de Porto Alegre, fundada no ano de 1925, pelo então Intendente Otávio Rocha, e, de lá para cá, trazendo todas as ações e atuações no âmbito do Município de Porto Alegre, da Banda Municipal.

Eu quero, Prefeito Villela, fazer uma referência a uma pessoa que integra as nossas galerias, o músico Marco Antônio da Silva, instrumentista de primeira classe – toca trombone – que conheço há muito tempo. Ele ingressou, há 33 anos, na Prefeitura, na época da sua gestão como Prefeito de Porto Alegre. Trata-se de um pleito de grande relevância. Ali está o Marco Antônio, ali estão os seus colegas, que aqui acompanham a votação. Portanto, como Vereador do Partido Trabalhista Brasileiro, trazemos aqui a nossa palavra de apoio e estaremos votando favoravelmente a este projeto, e, mais uma vez, parabenizo o Ver. Bernardino Vendruscolo, que é o autor desta proposta.

Parabéns pela presença, sucesso e boa votação a todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, Vereadoras; Ver. Bernardino Vendruscolo, eu quero iniciar cumprimentando o Sr. Pedro Gus, ex-Secretário da Saúde, com quem dialogamos muito. Na sua gestão foi firmada a conquista do Hospital da Restinga, o qual será inaugurado no final do ano.

Quero falar do projeto que é trazido por intermédio dos nossos músicos da cidade de Porto Alegre, por intermédio do Ver. Bernardino, que propõe tornarmos a Banda Municipal patrimônio cultural da nossa Cidade. E aqui nós temos que fazer uma reflexão: por que isso está acontecendo? Bom, primeiro, por uma homenagem, sim, à Banda e a esse patrimônio; segundo, pela desconstituição, que vem acontecendo, desse patrimônio, material, memorial e física, e nós não podemos deixar que isso ocorra.

Eu quero cumprimentar o Zé Blanco, meu amigo de adolescência e da infância; cumprimento todos os membros da Banda que aqui estão. Se eu tenho boas lembranças da minha adolescência e da minha infância lá em Santa Maria, era dos festivais de bandas que lá ocorriam, onde toda a cidade parava para ver a banda passar. Neste momento, a maioria dos profissionais da Banda Municipal foi colocada à disposição para trabalhar em outras funções, como porteiros, em outras atividades – é uma incoerência isso estar acontecendo. Nós precisamos resgatar a dignidade da nossa Banda, resgatar a sua memória. O ex-Prefeito Otávio Rocha, quando criou a Banda – ela também significa a memória do ex-Prefeito Otávio Rocha – disse que precisávamos criar um espaço digno para a Banda se apresentar. Nasceu com isso, na Praça da Matriz, o Araújo Vianna, que era uma concha acústica. Depois, foi transferido para onde está hoje. Tem uma política equivocada, começada pelo Fogaça, que privatizou o Araújo Vianna. Será que queremos privatizar a Banda também? Não. Temos que fazer um movimento de reconhecimento, de valorização. E a Banda, além dos seus representantes, que são trabalhadores municipais, é um bem cultural intangível, é uma essência da cultura.

Está no nosso Plano Diretor que Porto Alegre pode ter os patrimônios culturais tangíveis e intangíveis. Portanto, a Banda, para nós, é um bem cultural intangível que deve estar no rol das entidades e instituições que devem ser não só valorizadas como potencializadas e resgatadas, porque banda é patrimônio, cultura, música e motivação.

Eu quero registrar, aos membros da Banda que aqui estão, que muito me orgulha também que lá na comunidade da Restinga há o desfile da Semana Cívica. E este ano desfilaram mais de 4.500 crianças. E há, também nessa Semana, debates, com temas: uma das

motivações que as escolas estão produzindo é ter bandas escolares, e este ano teve desfile de bandas. Foram poucas, quatro bandas desfilaram, mas já é um início para aqueles jovens de dez, doze anos aprenderem a tocar, formar, trazer a música, trazer toda uma referência. Portanto, venho aqui, de pronto, trazer o apoio ao projeto e dizer que é obrigação deste Legislativo e do Poder Público Municipal tornar a Banda patrimônio cultural, reconhecê-la, valorizá-la, resgatá-la e dizer: este patrimônio é da cidade de Porto Alegre. Um grande abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver,^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; queridos componentes da Banda Municipal de Porto Alegre; Abampa, Associação da Banda, que está em uma empreitada bastante desafiadora, que vai desde a garantia de condições de trabalho... Pasmem senhores, ninguém imaginaria que uma Banda Municipal com 88 anos não teria casa, não tem espaço para guardar os seus instrumentos. No ano de 2010, passou o ano todo nesta Casa bastante incomodada, porque incomodava, entre aspas, o funcionamento do Legislativo. Hoje, uma Banda que está no Teatro Túlio Piva, na Rua da República, lugar onde chovia dentro, quando aconteceu o Porto Alegre em Cena, teve que se deslocar lá para a Escola Emílio Meyer. Uma Banda que tem retratada, na sua história, a história de Porto Alegre, os principais acontecimentos da cidade de Porto Alegre.

Nós estamos aqui, no Plenário Otávio Rocha, o Ver. Eng^o Comassetto já referiu, e eu quero ler algumas preciosidades, exatamente pesquisadas pela Associação da Banda, que muitos de nós somos desconhecedores. O Prefeito, na época, era o Intendente Dr. Otávio Rocha (Lê.): “Tendo dotado a Capital com uma bôa corporação musical, a Banda, o intendente dr. Octavio Rocha, quiz, complementando sua obra, dar á mesma um local apropriado para seus concertos publicos. [Este é o jornal independente A Federação, jornal da época.] (Mostra cópia do jornal.) Mandou construir, no ponto mais elegante da cidade, um coreto, com todos os requisitos para uma eficiente actuação da Banda Municipal, e de tal maneira foi levado a effeito o projectado, que temos ali na Praça da

Matriz o Auditorum Araujo Vianna, aliando a todas as suas qualidades, esta de ser um monumento á memória do mallogrado musicista riograndense. [Vejam que bonita a matéria relativa à Banda da Capital. Vou ler outra parte.] A praça de concertos, que pretendeu denominar “Araújo Vianna”, inclusive o coreto para a banda, obra de arte custou 119:888\$510. A parte interna da praça consta de 4 terraços e comporta 400 bancos. Foi construída com uma pergola em toda a volta da praça, que será de bello effeito quando as roseiras, já plantadas a tiverem coberto. Porto alegre tem agora a primeira praça de concertos do Brasil.”

A Banda, senhores, tem 88 anos. Nasceu com toda essa pompa, com toda essa valorização de um intendente municipal que não era eleito democraticamente pelo voto e que soube valorizar o patrimônio cultural que estava oferecendo à cidade de Porto Alegre. Hoje, nesse projeto de lei, Ver. Bernardino Vendruscolo, V. Exa., em função dessa luta dos componentes da Banda, vem consagrá-la como patrimônio imaterial desta Cidade. Está comprovado pela sua história, comprovado pela sua origem, comprovado pela qualidade da Banda Municipal, que ontem fazia concerto no Renascença, mas que reabriu o Mercado Público. E, nesse momento, como em vários outros, eu, mais uma vez, surpreendi-me pela virtuosidade da Banda, apesar de todos os dissabores que vem vivendo, do desrespeito e assédio moral com que vivem os componentes da Banda, pela forma indigna como é tratada no seu acolhimento, não tendo casa, tendo sido desalojada do seu habitat inicial, o Araújo Vianna.

Acho que esta Casa recupera um pouco dessa dignidade e acho que todos nós devemos votar pelo patrimônio, pelo merecimento e pela luta de vocês.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde a todos e todas. Eu não poderia me furtar de fazer este debate, na tarde de hoje, porque é parte da conquista da luta dos trabalhadores, dos músicos, da nossa valorosa Banda Municipal, traduzido no projeto do

Ver. Bernardino, que a transforma em patrimônio histórico e cultural do Município de Porto Alegre. E essa luta, nós a acompanhamos aqui na Câmara e fora dela, ao longo dos últimos anos, de músicos aguerridos, valorosos, reconhecidos internacionalmente, que estavam e seguem sofrendo com a falta de recursos, com o desfalque, a falta de sede e as poucas apresentações diante da Prefeitura, que não valoriza aquilo que a Cidade tem de mais bonito. É uma banda com 88 anos de história, com músicos reconhecidíssimos – e olho aqui o Seu Haidon, o José Blanco, o Isaías, o Edivaldo, o Eduardo, o Elimar, o Marco Antônio e tantos outros, que vieram acompanhar a Sessão na tarde de hoje. Passamos por uma luta em que a Comissão de Direitos Humanos esteve apoiando os trabalhadores, uma luta que é fruto dessa política de desmonte do que é público e da lógica de privatização da cultura e da arte, uma luta de trabalhadores que tiveram transferências arbitrárias.

E eu fiquei sabendo, na tarde de hoje, do falecimento do colega Isaías, que passou por uma grave depressão, depois de ter a sua função de músico substituída pela função de porteiro – com todo o respeito aos porteiros, mas esses trabalhadores fizeram concurso público para serem músicos da cidade de Porto Alegre e foram transferidos, à revelia, para outras funções. A Banda, por um lado, há 13 anos não tem concurso público, e, por outro, trabalhadores com vários prêmios de reconhecimento foram transferidos, querido Haidon; trabalhadores da música da nossa Cidade, diante de uma gestão que parece não entender de música e que decerto não sabe que as melhores peças do Beethoven foram construídas durante o seu período de limitação auditiva – as melhores peças de um dos melhores músicos da história do planeta. E esses trabalhadores fizeram uma luta para a reversão desses casos.

Nós constituímos um grupo de trabalho e não tivemos resultado ainda, porque os músicos estão indo ao seu local de trabalho, mas não podem ensaiar sem esses 13 músicos, que, atingidos por essas medidas arbitrárias, não podem tocar. Então, quero deixar registrada esta questão da conclusão do grupo de trabalho. Queremos respostas desse grupo de trabalho, queremos a abertura imediata de concurso público para a Banda, porque é valorizando o patrimônio público, integrando com as políticas musicais nas escolas, usando nas apresentações da Cidade, no baile da Cidade, nos grandes eventos de Porto Alegre, esses músicos reconhecidíssimos que a cultura ganha, e, ao mesmo tempo, queremos a busca por uma sede. Nós não aceitamos – não aceitamos! – que o Auditório

Araújo Vianna, que foi construído também para abrigar a sede da Banda Municipal da cidade de Porto Alegre, siga de portas fechadas para a Banda Municipal da nossa Cidade. Músicos e músicas ensaiavam no Túlio Piva, com graves problemas, precisando de reforma, e até agora seguem sem sede em Porto Alegre, sendo que o Araújo, que foi construído para isso, que precisa ter 90 dias por ano para usufruto da Prefeitura e que não tem e que deveria abrigar nas suas salas a Banda para os seus ensaios, está perdendo o caráter público por uma visão privatista da Prefeitura, que não valoriza o patrimônio cultural da nossa Cidade.

Eu acho que esse projeto, querido Ver. Pedro Ruas, faz justiça aos trabalhadores e trabalhadoras da Banda Municipal, e, certamente, grandes conquistas virão da mobilização em defesa da cultura e da arte. Parabéns, e contem com o PSOL.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da votação do Requerimento s/nº, de minha autoria, que está em primeiro lugar na priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, para a Sessão de segunda-feira, em virtude de que vou ter que me ausentar desta Sessão por outros compromissos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação o Requerimento do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, eu tinha dito ao Ver. Bernardino Vendruscolo, autor deste projeto, que ele haveria de ter deflagrado um grande debate aqui na casa, debate num só sentido, Ver. Villela, porque todos têm vindo à tribuna para aprovar o Projeto de Lei do Ver. Bernardino Vendruscolo. E, se não tivesse havido essa discussão, ele já teria sido aprovado por unanimidade – é a minha opinião. Ocorre que todos nós, de uma forma ou de outra, temos alguma vinculação com a Banda Municipal. Eu conversei, há pouco, com o Ver. Guilherme Socias Villela, e juntos

avivamos a memória. Lembramos que, Ver. Pedro Ruas, essa banda, que já havia sido constituída há muito tempo, estava paralisada até que o ex-Vereador Larry Pinto de Faria iniciou uma campanha pela sua reativação; campanha essa que logrou êxito, tendo sensibilizado o Governo Municipal, à época comandado pelo Prefeito Guilherme Socias Villela, que, através do seu Secretário de Educação, Átila Sá de Oliveira, ao final da década de 1970, proporcionou a reorganização, a reativação da nossa Banda Municipal, que todos nós queremos bem e apreciamos e que tem caminhado por aí na busca do local definitivo para sua sede. Esteve, inclusive, durante um largo período, se exercitando aqui na Câmara Municipal, utilizando o Teatro Glênio Peres para fazer os seus asseios.

Então o Projeto do Ver. Bernardino Vendruscolo, ao lado de reavivar a nossa memória, lembra um período muito especial para o Município de Porto Alegre, e, com toda suspeição, eu tenho orgulho por dele ter participado, porque foi marcado por uma transformação urbana e social na nossa Cidade, com obras que atingiram desde grandes avenidas, que foram inteiramente recuperadas, até projetos habitacionais bem desenvolvidos, como a Restinga e outros tantos, Ver. Villela, e também coisas que dizem respeito à nossa Cultura. E nela nós incluímos, de forma muito especial, a formação, a construção do Brique da Redenção e a reativação da nossa Banda Municipal, duas grandes atividades que certamente marcam a administração do Prefeito Villela; foi tão grande, que começamos a enumerar umas coisas e acabamos esquecendo outras, tamanhas foram as marcas desse período de trabalho.

Então não nos resta alternativa senão, prazerosamente, virmos à tribuna cumprimentar o Ver. Bernardino Vendruscolo e hipotecar a nossa mais integral solidariedade ao seu projeto. Esperamos que ele produza seus efeitos, não só de reconhecimento da nossa Banda, como integrante do patrimônio histórico e cultural do Município de Porto Alegre. Queremos, mais do isso, que, ao lado do reconhecimento, venha um novo estilo. A Banda, que foi reativada inteiramente na administração Villela, precisa agora ser inteiramente apoiada para que vença determinadas dificuldades momentâneas, para que seus integrantes sejam devidamente reconhecidos também, porque não existiria a banda sem os seus integrantes que a qualificam, que lhe dão condição desse reconhecimento. Então, nesse momento, o Projeto de Lei do Ver. Bernardino Vendruscolo – enfatizo que não seja só o reconhecimento formal, que seja uma renovação do compromisso desta Casa e da sociedade porto-alegrense que nós representamos, de assegurar a plenitude

das atividades da banda com o reconhecimento dos seus integrantes, com a qualificação dos seus integrantes e com o apoio material, absolutamente indispensável para que ela continue sendo esse orgulho de todos nós. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel) : Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

A SRA. JUSSARA CONY : Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero me dirigir de uma forma muito especial ao Ver. Bernardino Vendruscolo, e também cumprimentar, através do cumprimento que o Ver. Bernardino fez, todos os componentes da nossa Banda Municipal. O Ver. Bernardino é o acolhedor para que todos nós possamos ter uma votação histórica nesta Casa desta iniciativa: tornar um bem integrante do patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre a nossa Banda Municipal. Quero cumprimentá-los, mas ao cumprimentá-los, as gerações de hoje, quero cumprimentar a todos os outros também, porque todos, ao longo desses 88 anos da história, desde os primeiros, até os componentes, homens e mulheres, de hoje, foram e são os verdadeiros artífices deste momento que vamos viver aqui. Uma banda criada pelo Prefeito Otávio Rocha, em pleno Plenário Otávio Rocha, com aprovação unânime, sem dúvida, de todos os Vereadores. Essa iniciativa do Ver. Bernardino se torna uma iniciativa de toda esta Câmara. Artífices pela arte, pela cultura, pela música, pelo lúdico que eleva nossa alma, pelo lúdico que eleva a alma dos povos e que nos permite, numa sociedade que se volta tanto para o consumismo, que se desintegra pelo processo do comando do mercado, Ver.^a Fernanda, em detrimento da arte, em detrimento da cultura, garantir que o nosso espírito se eleve e que os seres humanos se congreguem, porque a arte os congrega.

Estou lembrando aqui, vocês me permitam fazer essa analogia, quando um Governo de Estado queria privatizar a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, mas nós tornamos público, a Assembleia Legislativa – um projeto de minha autoria, com intensa participação da OSPA –, tornamos patrimônio histórico e cultural a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a nossa OSPA. Lembro que subi à tribuna dizendo uma frase de Erico Veríssimo. Quando lhe perguntaram de onde ele vinha: “Eu venho de uma cidade que tem uma orquestra sinfônica”. Quero fazer essa analogia para dizer que nós vivemos numa cidade,

os que nascem aqui – a minha descendência toda nasceu aqui, eu não sou daqui, sou da cidade de Cacequi, mas vivo aqui desde os meus 12 anos, quando o início de muito músicos era nas bandas dos nossos colégios, nas nossas semanas da pátria, nos 20 de setembro, naquela época eram mais os meninos porque havia muita discriminação, meninas não tocavam em banda, só cantavam no canto orfeônico –, que tem uma Banda Municipal e que hoje será reconhecida como patrimônio histórico e cultural desta Cidade. Quero ir um pouco além, quero dizer que a aprovação deste projeto da Banda Municipal como patrimônio histórico e cultural deve significar para além do reconhecimento político desta Casa, do significado do valor para além disso, do significado do valor cultural no sentido de que tenha essa Banda a garantia de um local, uma casa sua, um seu lugar como referência pelo que significa, deve garantir estruturas funcionais e humanas, estrutura de trabalho com respeito e reconhecimento ao significado dos trabalhadores municipais, dos músicos da nossa Banda Municipal e também o significado pelos gestores, não só o atual, mas pelos gestores que virão depois, porque essa não pode ser considerada uma política desse ou daquele Governo, é uma política de Estado porque é política de cultura. A Banda é cultura, a Banda é música, a Banda é arte, a Banda é vivência, a Banda é dinâmica da sociedade. Então, uma política de Estado que inclusive faz transversalidade com outras políticas. Ou não faz com a educação? Ou não faz com a saúde? Ou não faz com a segurança? Na luta que está posta nesta Cidade, discutimos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, na semana passada, sobre a nossa Redenção, que tem também o fator histórico da libertação dos escravos nesta Cidade. Nós temos que revitalizar a Redenção. Eu imagino, para o primeiro ato de revitalização da nossa Redenção, a nossa Banda Municipal tocando à noite para o povo de Porto Alegre, fazendo a relação entre os espaços com que temos o direito de conviver, os espaços lúdicos, os espaços de convivência, os espaços de arte e cultura, como tem a nossa Redenção, cointegrando a cultura que vem da Banda Municipal de Porto Alegre. Hoje é um grande dia porque é o reconhecimento da cultura, é o reconhecimento da arte, sempre colocada de lado por outros interesses de mercado, por interesses que não o de juntar o lado humano que existe em nós para que possamos transformar verdadeiramente esta sociedade. Parabéns à Banda Municipal e a esta Casa, que vai aprovar esse projeto por unanimidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público das galerias; público da Banda Municipal; público que nos assiste pela TVCâmara, na verdade, este é um período de discussão que temos na Casa, mas, para nossa felicidade e para a minha em especial, não estamos discutindo; estamos todos concluindo pela mesma vontade, todos, Vereadores e Vereadoras, dando os parabéns para quem teve esta brilhante ideia, que foi o Ver. Bernardino Vendruscolo. Pena que eu, que trabalhei lá com vocês na CEDECONDH, junto com a Ver.^a Fernanda Melchionna, com a Ver.^a Luiza Neves e demais Vereadores, não tive esta brilhante ideia, não é Ver. Marcelo Sgarbossa, que é da nossa Comissão e não teve essa excelente idéia. Porque chegou um tempo de a gente ter a preocupação de que a Banda terminasse, uma preocupação principalmente de vocês. De minha parte, realmente não tinha, porque conheço...Uma vez, quem estava presente se lembra que falei no espírito do José Fortunati; pela cultura que ele tem, jamais estaria pensando neste sentido. E também, falando com a Ver.^a Luiza Neves, hoje Vereadora, mas que na época também era assessora de relações públicas do Prefeito Fortunati, sempre atendeu, sempre relevou, sempre foi levando. Subo à tribuna em meu nome para dar os parabéns ao Ver. Bernardino Vendruscolo por trazer agora a Banda ao patrimônio histórico e não ter mais aquela preocupação de terminar com a Banda, uma preocupação que vocês tinham. Não podemos esquecer – aqui ninguém falou, talvez vocês falassem se estivessem aqui – do Roque Jacoby, Secretário que nos atendeu lá, que de uma maneira ou outra nos abriu as portas, Ver.^a Fernanda. Talvez daí tenha melhorado um pouco. Talvez daquela discussão da CEDECONDH tenho certeza de que surgiu essa oportunidade de vocês virem à Câmara de Vereadores falar com os Vereadores, e o Ver. Bernardino ter essa brilhante ideia. Alguns vêm mais seguido na Casa, mas tem outros que não vêm. Os Vereadores às vezes aproveitam para dizer outras coisas aqui que não têm nada a ver com o que estamos tratando.

Vou tratar também do Araújo Vianna. Olha, pessoal, não fui a muitos, mas já fui a três *shows* no Araújo Vianna com seu novo formato, uma Parceria Público-Privada, que todo o mundo está querendo fazer, desde o governo Dilma, desde o Governo Tarso, o Governo

Municipal fez lá, e hoje está funcionando. Como estaria o Auditório Araújo Vianna se não tivéssemos feito essa parceria? Hoje estaria como estava, atirado às traças, as pessoas que não têm condições, as pessoas que moram... Hoje, com tudo isso, ainda tem gente que mora lá atrás, imagina se nós não tivéssemos, Ver. Paulo Brum, feito essa parceria. Hoje, eu acho que aqui o pessoal da banda sabe bem, todo final de semana, toda semana tem um brilhante *show* no Araújo Vianna, coisa que há dez anos não tinha mais. Também aproveito para dizer que o momento é de dar parabéns, em especial para vocês que estão correndo atrás – isso não é de hoje, não é de ontem, é de bastante tempo – para manter a Banda Municipal em Porto Alegre. Agora com este projeto que vai ser aprovado, tenho certeza, por toda a Casa, que a Banda vai se perpetuar em nossa Cidade. Vida longa para a Banda. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Mario Fraga. O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, eu não poderia deixar de vir à tribuna. Parabéns, meu amigo Bernardino Vendruscolo, por este Projeto maravilhoso. Eu sei que de sua cabeça só sai coisas lindas e boas para a Cidade. Cumprimento o Edvaldo Souza e todos os membros da Banda. Eu tenho carinho de negão novo, mas a idade já chegou aqui neste corpo. Nas décadas de 60 e 70, lá na cidade pequena de Minas Gerais, a Banda Municipal tinha o nome de Filarmônica Rocha, porque foi a família Rocha, de músicos, que criou essa banda. Nós tínhamos nessa cidade um coreto, e pouca gente conhece isso. Lá, a Banda tinha uma importância muito maior do que o nosso futebol. O Prefeito tinha um olhar muito profundo pela banda lá em São Geraldo, uma cidade pequenina, pacata, de dois mil, dois mil e quinhentos habitantes, em Minas Gerais. Eu sabia os dias em que a banda tocava. Essa banda era muito especial, muito famosa ali na redondeza. Ela era convidada para tocar nas cidades vizinhas no Dia 7 de Setembro, no Dia da Criança, no Dia das Mães. A cidade parava para ouvir aquela música, para ver a banda tocar, e a cidade ia toda para aquela praça. No Interior, a cidade é formada pela igreja, praça e Bradesco. E a cidade parava para ver a Banda. Eu tenho um carinho muito

grande pela banda, Edvaldo, porque na minha infância, na minha adolescência, a banda foi muito importante na construção deste cidadão aqui, na minha educação, porque eu vivia na casa do Altamiro Rocha e lá eu aprendi muitas coisas. Ele era o Diretor-Presidente da banda, e aprendi muito o que seja companheirismo, respeito. Eu só não consegui – tentei tocar – tocar um instrumento, porque aquele instrumento não era o meu instrumento; o meu instrumento, todo mundo sabe, foi um instrumento bem redondinho, de difícil manejo com os pés, mas que eu tenho um carinho muito grande, um respeito muito grande. A Jussara, falando aqui, me fez voltar àquela década de 60, de 70, quando eu ia para a praça – estava na época da adolescência, piscando para as gurias, e a banda tocando. Que coisa maravilhosa! E a cidade parava.

Então, Bernardino, parabéns, e parabéns à Banda de Porto Alegre! O Bernardino não está junto comigo no Partido, mas a gente sempre diz que o amigo é para sempre. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, quero lembrar que, além do valor cultural da Banda, ela proporciona muita alegria. E ela atuou aqui, nesta Câmara, durante um ano, quando era Diretor desta Câmara o nosso companheiro de Bancada, o Ver. Mario Fraga.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Delegado Cleiton. O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. João Carlos Nedel; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores que estão na galeria, senhores da Banda, é muito importante para nós termos um dia de alegria, e, realmente, a Banda proporciona essa alegria quando toca e faz as suas apresentações. Agora mesmo, aqui na plateia, os meus queridos amigos Renato, Silvio e mais o outro colega que está junto são apreciadores da Banda Municipal de Porto Alegre. Eles disseram que, realmente, vocês merecem esse Projeto do Ver. Bernardino.

Quero dar meus parabéns ao Ver. Bernardino, porque, realmente, a Banda Municipal é um patrimônio municipal, é a nossa verdadeira cultura, e é a certeza de alegria e festa quando toca nos eventos.

Então, vocês estão de parabéns. A nossa Bancada, o PTB, tenho certeza absoluta que também participa desta grande festa, desta homenagem a vocês. Quero dizer que, se eu pudesse votar duas vezes, eu votaria em homenagem à Banda Municipal. Longa vida a vocês! Que Deus abençoe para sempre a Banda Municipal!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Brasinha. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 041/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Presidente Nedel, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco na tarde de hoje, nós estamos discutindo aqui, nessa longa discussão da tarde, para que se declare como bem integrante do patrimônio histórico cultural a Banda Municipal de Porto Alegre. Então, já é uma questão que merece uma atenção especial, até pela necessidade histórica desse reconhecimento da Cidade para com a sua Banda.

E eu, para ser bastante rápido, vou mais ou menos até, primeiramente, aquela questão que aqui já foi trazida, qual seja, a história da Banda. Eu, particularmente, vim do Interior, lá dos bons tempos, tempos passados, da banda municipal, da banda da escola, dos colégios com sua banda. Existia, sim, essa bela prática na maioria dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, senão na totalidade.

Portanto, hoje estamos aqui reverenciando os 88 anos da Banda, e, como foi dito aqui pela Ver.^a Sofia, sem casa. Isso significa que a Banda de Porto Alegre tem por sua casa a Cidade de Porto Alegre. Portanto merece aqui a nossa reflexão neste projeto.

Em meu nome, em nome do meu Partido, o PSB, do Ver. Paulinho Motorista, nós queremos registrar o nosso voto favorável a este projeto. Também quero dizer que nós acompanhamos e ouvimos todas as manifestações que aqui foram ditas, e, dentre tantas, a de que a Banda seria ou poderia ser privatizada. Isto, na verdade, é descabido, não tem a menor possibilidade, jamais apoiaríamos esse tipo de ação. O Executivo também não

pensa assim, e os Vereadores desta Casa, tenho certeza – vocês que estão conosco nesta tarde – de que não há a menor possibilidade dessa privatização que aqui foi falada. Por outro lado, a Banda, hoje, tem seus treinos e manifestações ali no Teatro Túlio Piva. À medida que o teatro for reformado, esse espaço vai ser garantido – hoje está sendo levado para a Escola Niterói, vocês serão lá bem recebidos, pelo que me informaram. Quando a reforma acontecer com maior profundidade, já há a definição de a Banda ir para a Usina do Gasômetro e, a partir da conclusão do Túlio Piva, o retorno da Banda ao mesmo.

Portanto, esta é a nossa observação que queríamos fazer em relação à questão da privatização ou não. Porto Alegre sempre manteve uma relação fraterna, necessária e positiva com a Banda, claro, com as discussões que são necessárias.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereador Aírto, duas questões apenas para colaborar e clarear a sua resposta, que eu entendo que é uma posição do Governo. O Teatro Túlio Piva, quando, por exemplo, acolhe um grupo de teatro, a Banda perde condições de trabalho. Então, haverá novas instalações naquele lugar para acolher a Banda? E, segundo, que destino será dado às salas que a Opus deve desocupar? Porque ela não pode, por edital e contrato, ocupar todas as salas do Araújo Vianna.

O SR. AIRTO FERRONATO: Eu não tenho essa informação agora, não posso responder a V. Exa. agora. Na verdade, nós estamos aqui hoje para votarmos favoravelmente ao projeto encabeçado e de iniciativa do Ver. Bernardino, que é um projeto que, mais uma vez, sinaliza, pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, reconhecimento à Banda Municipal e às senhoras e aos senhores que dela fazem parte, nossos músicos e toda a direção. Um abraço. Obrigado (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Engº Comassetto, o PLL nº 041/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 072/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 072/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero, então, parabenizando a Banda Municipal, dizer que esta Casa se debruça, agora, sobre um projeto relativamente simples, mas com uma profundidade muito significativa para quem acredita numa sociedade para todos, numa sociedade desnormalizada, numa sociedade que olha a diferença e que organiza as políticas públicas a partir dessa diferença. Esse projeto assegura às pessoas que têm união estável homoafetiva o direito à inscrição como entidade familiar nos programas de habitação do DEMHAB. Por que assegurar essa inscrição? Porque essa conquista do reconhecimento da união estável, do direito ao casamento, do direito ao reconhecimento da condição de família das pessoas homossexuais é uma conquista ainda muito lenta. Vejam que o Legislativo perde para as ações e para as compreensões judiciais, nesse sentido. Nós temos vários julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal que discutiam a constitucionalidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo, em respeito aos princípios constitucionais da igualdade, da não discriminação, da dignidade da pessoa humana, do pluralismo, do livre planejamento familiar, e que reconheceram a união homoafetiva como entidade familiar, sobre ela incidindo a mesma proteção jurídica garantida às pessoas heterossexuais. No entanto, digo eu, na argumentação, que essa justificativa do projeto foi construída com interlocutores que compõem as entidades da luta LGBT. Aqui está a Ana Naiara Malavolta, que eu quero registrar a presença, da Liga de Lésbicas, uma das organizações corajosas e incansáveis para que a sociedade pare com a discriminação e organize as políticas públicas para dar conta dessa diferença. Mesmo a Justiça, muitas vezes, reconhecendo, isso não é automático; o debate que nós fizemos, Ver. Pedro Ruas, com o DEMHAB, dizia o seguinte: “Ah! Mas não está explícito nos critérios do Minha Casa, Minha Vida”. “Ah! Mas essa discussão da priorização de moradia é muito difícil, é muito importante que esteja consagrado num marco legal.” Então, nós entendemos que o Município de Porto Alegre deve dizer isto claramente: que todos os indivíduos que se declararem – independentemente de terem o seu registro em cartório, de terem documentos comprovando – que têm uma união homoafetiva estável, na sua inscrição para fins de moradia, para os programas todos, seja o Minha Casa, Minha Vida, sejam

programas de habitação do Departamento Municipal, sejam, sim, registrados como entidade familiar. Por quê? Porque é diferente a identidade familiar, ou entidade familiar, do indivíduo – e hoje eles são considerados indivíduos –, e o indivíduo, naturalmente, em função das necessidades de uma família, fica postergado, *a posteriori*. Como nós sabemos que há uma grande demanda de habitação, nós, mais uma vez, estamos penalizando as pessoas que são discriminadas, neste caso, por sua condição, por sua manifestação da sexualidade. Então, é uma pequena medida, mas uma medida emblemática da visão que nós temos de sociedade e de direitos, para que incida numa condição fundamental do direito humano, que é a moradia, que é a dignidade da proteção de uma casa e a organização de uma família dentro de uma casa. Então, eu espero dos nobres Pares o apoio, essa é uma luta que se coloca no marco da luta antidiscriminatória de forma geral, e é uma luta do movimento LGBT que nós queremos respaldar e apoiar. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 072/13.

O SR. PEDRO RUAS: Meu caro Ver. João Carlos Nedel, na presidência dos trabalhos, Vereadoras, Vereadores. Prezada Ver.^a Sofia Cavedon, eu começo divergindo de V. Exa. na última frase, não é uma pequena medida, é uma grande medida. Na verdade, eu acho extraordinária a ideia de V. Exa., este é um projeto que merece todo o apoio, e não só isso, ele merece ser copiado, imitado, ele passa a ser paradigma, referência, na luta de toda a homossexualidade, na luta de todos aqueles que buscam igualdade em direitos civis, naquilo que todos nós nos acostumamos a chamar, em geral, de direitos humanos. Acho que V. Exa. teve muita criatividade e a percepção exata daquele limite que é estreito, é pequeno, mas superando esse limite, em parte, conseguindo colocar, dentro do Legislativo Municipal, a possibilidade grandiosa e generosa de estabelecermos um parâmetro: as relações familiares para efeitos de moradia popular são iguais. É o que V. Exa. diz com este projeto, e é o que nós queremos que o Brasil diga em todas as situações. Mas há necessidade, sim, de que iniciativas do Legislativo, dessa natureza, ocorram. Para nós, que lidamos com leis, não é confortável saber que o Judiciário é que tem capitaneado os avanços de decisões institucionais sobre isso, Ver.^a Fernanda

pág. 43

Melchionna, o fato social ocorre, e nós deveríamos ter projetos de lei que amparassem o fato social, e não estamos tendo, o que nós temos são decisões judiciais que estão amparando o avanço dos fatos sociais, sendo que isso, na verdade, deixa o Legislativo, em geral, Senado, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmaras de Vereadores por todo o Brasil, num papel secundário proposital, porque é do Legislativo, sim, que deveriam ter origem projetos que estabelecessem a igualdade real, não de discurso, a igualdade efetiva entre as famílias, sejam elas famílias nos moldes tradicionais, homem e mulher, enfim; sejam elas famílias de caráter homoafetivo, que são tão importantes, têm os mesmos direitos, ou deveriam ter em uma sociedade democrática.

Por isso, Ver.^a Sofia Cavedon, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna elogiar o trabalho de V. Exa., a criatividade, a ousadia positiva no legislar, o que para todos nós é importante. E dizer que, por óbvio, conte com o nosso apoio. E digo mais, acho que o Projeto de V. Exa. deve ser encaminhado – faço este pedido – a todas as quase seis mil Câmaras do Brasil para que também tenham, com esse exemplo, a ousadia legislativa que pode fazer justiça na sociedade. Conte conosco. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 072/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Vereadores, quero agradecer a Ver.^a Jussara Cony por disponibilizar o seu tempo; ela falará depois. Quero parabenizar a Ver.^a Sofia Cavedon; muitas vezes, temos posições discordantes, mas este não é um projeto singelo, é um projeto profundo que ataca as relações homoafetivas discutidas hoje no mundo todo mostrando um novo conceito de família. Talvez, Porto Alegre possa ser parâmetro para o Brasil. V. Exa. deve ter pesquisado, e eu não sei se há outros projetos semelhantes em outras capitais; mas isso, a própria Presidente da República poderia usar como política pública. Já que se fala em tantas exclusões, essa era uma forma de política afirmativa, ou seja, inclusão social, porque, na realidade, a questão da moradia não tem classe social, e, quanto mais carente, mais se precisa.

Então, quero dizer que sou totalmente favorável e, volto a dizer, não é um projeto singelo, é um projeto de foro muito forte, que nos permite fazer diversas reflexões. É um tema latente que, cada dia mais, a nossa sociedade está aceitando – são determinados tabus. O nosso mundo tem as suas dificuldades, porque, em algum lugar do mundo, meninas não podem estudar. Quer dizer, agora uma menina foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz porque ela só quer ter o direito de estudar. Foi à ONU, com muita tenacidade, dizendo que bastava uma folha, um livro e uma caneta para mudar o mundo. Na realidade, o que nós precisamos, cada vez mais, é dialogar. À medida que as pessoas dialogam e têm o bom senso, todos lucram. Já cansei de usar esta frase: um negócio, para ser bom, tem que ser bom para ambas as partes, senão um está logrando o outro. Então, mais uma vez, de forma singela, Vereadora, quero parabenizá-la pela iniciativa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLL nº 072/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta tarde está sendo, Ver.^a Sofia, uma tarde muito importante para as lutas históricas do povo de Porto Alegre, do mundo inteiro, porque, enquanto nós estávamos trabalhando, há pouco, na votação unânime da Banda Municipal, nós reconhecemos a arte e a cultura como uma expressão humana de todo o mundo, na realidade, na cidade de Porto Alegre. Agora, eu tenho absoluta convicção de que essa é uma construção coletiva de Vossa Excelência. Uma construção coletiva, projeto da Ver.^a Sofia, que espero que esta Casa, no patamar que vivenciamos hoje das lutas contra todas as discriminações e formas de opressão, tenha também esse olhar humano, Ver. Tarciso Fecha Negra, esse olhar do reconhecimento de direitos! Eu queria dizer que a concessão que a Ver.^a Sofia Cavedon nos oferece para votar é um conjunto de lutas históricas. Quero destacar aqui a presença da Naiara Malavolta, que é coordenadora, representa a Liga Brasileira de Lésbicas, neste momento acompanhando esta votação. E uma dessas lutas históricas é exatamente isto: contra todas as formas de opressão e de discriminação, e para que isso aconteça por meio de políticas públicas. Não é qualquer coisa o que nós estamos aqui a discutir. Nós estamos aqui, com esse projeto de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, assegurando, sim, na

cidade de Porto Alegre, a Cidade do Fórum Social, a Cidade da participação popular, a Cidade onde as pessoas historicamente se mobilizam para garantir os seus direitos, que as pessoas que mantêm união estável homoafetiva tenham direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Departamento Municipal de Habitação, o nosso DEMHAB. Lembro aqui, Ver.^a Sofia Cavedon, um projeto que aprovamos na Assembleia Legislativa, que imediatamente foi implantado pelo então Governador Olívio Dutra, e que foi referência inclusive para a prioridade em políticas de habitação popular às mulheres chefes de família, que, na época, eram 30%; hoje, já somos 60%. Na Assembleia Legislativa, foi referência inclusive via as lutas da reforma urbana, a luta por uma cidade sustentável, referência para garantir a prioridade para as mulheres chefes de família. Então, eu dizia que temos que tornar uma política pública e de direito real. Essa é uma questão no processo, respeitando a própria Constituição Brasileira, que diz que todos são iguais. Política pública é direito de todos, é dever do Estado, porque, na realidade, esse direito real expressa a realidade dos seres humanos de viver a sua sexualidade, o seu amor, a sua afetividade, a sua união, de acordo exatamente com as suas orientações. Nós estamos nesta Casa hoje com a potencialidade de combater, por um lado, formas de discriminação, formas de opressão, tabus, como disse há pouco o Ver. Professor Garcia, que me antecedeu aqui, é isso mesmo, superando e olhando a realidade objetiva para torná-la direito real, respeitando a Constituição brasileira. Então, a Bancada do PCdoB – Ver. João Derly e eu – é favorável e vai lutar, porque faz parte das lutas históricas, não só do nosso partido, o PCdoB, mas a luta dos movimentos sociais, o movimento LGBT, o movimento de mulheres. Sem dúvida nenhuma, nós, as mulheres, como sofremos a opressão histórica de gênero, nós temos sido, ao longo da história, os movimentos de mulheres, os primeiros a estar com os movimentos para combater todas as formas de discriminação e opressão. Porque ao oprimido, como dizia Lenin, cabe a ele, sim, se libertar da sua opressão. Essas opressões justificam, inclusive, a opressão de classe que nós vivemos no sistema capitalista. Então, eu tenho a convicção de que hoje é um dia importante para esta Casa, é a questão de direito, de direitos humanos, de respeito aos direitos humanos, de respeito às orientações das pessoas. Eu lembro da minha avó, eu lembro muito bem disso – e vou terminar assim –, quando havia um casal que não era casado – isso há anos, eu tenho 71 anos, imaginem a minha geração como era –, ela sempre dizia: “Minha filha, eu fui ensinada

que bem casado é quem bem vive”. Então, união estável é quem bem vive, é quem se respeita, é quem tem amor. Não podemos mais trabalhar com hipocrisias, não podemos levantar bandeiras que defendemos e depois, na hora das políticas públicas, na hora de garantir esses direitos, nós nos omitimos. Porque quem bem vive é quem tem amor, e eu acho que é uma coisa que está faltando muito neste mundo, e hoje nós podemos aqui contribuir pelo reconhecimento do amor, da afetividade, do respeito dos direitos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 072/13.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários desta Casa, senhoras e senhores, hoje vim à tribuna inicialmente desgostoso com uma atuação do Ministério Público em relação à cultura e a religiosidade negra, e, agora, já quase no final desta Sessão, fico muito feliz em poder votar este projeto, até porque já temos também uma homenagem, mais tarde, e até porque, como diz o meu colega Pedro Ruas, acho que a norma tem que se adequar e se modernizar. Isso é direito líquido e certo. Pena que só acontece agora, mas antes tarde do que nunca.

A minha velhinha, a Dona Universina Munhoz, nascida em 5 de setembro de 1915 – eu sou a rapa do tacho –, ela também dizia, Jussara: “Casado é quem bem vive”; ela também nos ensinou isso, com aquela sabedoria da negra velha, daquela pessoa que tinha uma experiência muito profunda de vida.

Então, Ver.^a Sofia, dou a V. Exa. singelos parabéns por este projeto e pela sua visão e sensibilidade em compor direitos humanos. Espero que todos votem a favor deste projeto.

(Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 072/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a diligente Ver.^a Sofia Cavedon, com muita propriedade, escreve, na Exposição de Motivos,

esclarecimentos que são importantes na fixação da posição com relação ao seu projeto. Diz ela: “...Exemplo disso é a Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, a qual, logo após o referido julgamento, foi alterada pela Lei Federal nº 12.424, de 16 de junho de 2011, para contemplar como ‘grupo familiar a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal’. Os programas de habitação popular desenvolvidos pelo Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB – estão a merecer a mesma atenção do programa federal, precisamente para garantir que homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, que mantenham união estável homoafetiva, possam inscrever-se como entidade familiar nos programas de habitação popular desenvolvidos por esse órgão.”

Esclarecimentos absolutamente consequentes que nos oferece a ilustre Ver.^a Sofia Cavedon, esses esclarecimentos precisam ser ajustados à nossa realidade. Hoje, o Departamento Municipal de Habitação transferiu quase todas as suas áreas para a Caixa Econômica Federal e seleciona os ocupantes das casas, Vereadores... Quase todas as casas são comercializadas dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida, que já estabeleceu esses regramentos e que nós não temos a condição nem de alterar, nem de complementá-lo através de uma lei municipal. Obviamente, Ver. Garcia, que tudo isso tem que ser levado em conta nessa fixação, porque, Vereadora, quem estabelece, quem reconhece a união familiar é a lei federal, não é lei municipal. Não somos nós que vamos reconhecer pela lei municipal a união familiar, é lei maior que faz isso. E nós não podemos contrariar. Para alterar, discordar, concordar ou aumentar tem que ser procedimento por parte da legislação federal, que pode ou não modificar a lei.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Pujol, no debate, na construção que fizemos com o DEMHAB, no final de 2012, o DEMHAB manifestou-se, pelas suas técnicas, que inclusive gerenciam os Programas do Minha Casa, Minha Vida, junto com o Secretário à época, que o Município, sim, tem que observar os critérios do programa federal, mas pode incluir complementarmente os seus. E o Município de Porto Alegre inclui os critérios do Orçamento Participativo, e nós construímos, exatamente, consagrar em legislação o que a Justiça já consagrou muitas

vezes em muitos acórdãos, que o DEMHAB incluía esse critério, reconhecendo o direito e a igualdade entre essas famílias. Então é complementar.

O SR. REGINALDO PUJOL: Agradeço V. Exa., mas eu complementaria dizendo que tudo isso acontece e, após, os selecionados para participar do programa, Ver. Idenir Cecchim, vão assinar um contrato não com o DEMHAB, mas com a Caixa Econômica Federal. E as cláusulas do contrato são aquelas definidas no Programa Minha Casa, Minha Vida, meu caro Ver. Tarciso, conforme é reconhecido pela ilustre proponente, que diz que o Programa Minha Casa, Minha Vida já regulou essa matéria. Então, nós estamos chovendo no molhado, legislando sobre uma matéria cuja nossa competência falece, na medida em que já decidido na legislação federal. Ainda que nós tivéssemos competência legislativa suplementar, esta não se aplicaria, porque a competência suplementar só é utilizada na ausência de legislação federal pertinente, e essa existe.

Então, quero dizer, com a maior sinceridade possível, que essa lei, no meu entendimento – e eu não sou de modo nenhum o dono da verdade –, é inócua, é desnecessária, não leva a nada, não altera o que já está posto. Pode até consolidar, desnecessariamente, porque, quero repetir, dentro do ordenamento hoje estabelecido, o DEMHAB, por lei nossa, transfere para a Caixa Econômica, para os seus programas de arrendamento constantes do programa Minha Casa, Minha Vida, as propriedades do Município, seleciona os futuros participantes do programa, e essa contrata com a Caixa Econômica Federal, dentro daquilo que é preceituado na legislação confessadamente colocados na Exposição de Motivos pela própria proponente desse projeto de lei. Por isso, eu, que sou muito consciencioso neste particular, estou dizendo na tribuna que vou votar contra essa proposição por achá-la, inclusive, ilegal, inconstitucional. Está querendo mexer em legislação federal, e para isso carece de competência para esta Casa. Se assim for, daqui a pouco, vamos fazer uma emenda à Constituição, aqui na Câmara Municipal, Ver. Tarciso, e que bom se nós tivéssemos competência para isso, mas não temos, o ordenamento jurídico brasileiro não nos permite.

Era isso, Sr. Presidente, que eu coloco para, transparentemente, deixar colocada a nossa posição de contrariedade a esse projeto de lei, por ser inócua. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 072/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vim aqui para continuar esse dialogo, até para desfazer alguns entendimentos que são trazidos aqui, principalmente sob o ponto de vista da legalidade. Ver. Pujol, primeiro, a proposta de lei que está sendo apresentada pela Ver.^a Sofia Cavedon é muito clara: assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição como entidade familiar nos programas de habitação popular desenvolvidos pelo Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB. Não é exclusivamente para os programas Minha Casa, Minha Vida ou um programa específico, é para a política municipal. A primeira questão é essa. Ver. Professor Garcia, que também trouxe o tema da relação com o Governo Federal, isso já está incluído na política federal, decisão do Governo; é regra oficial, inclusive orientado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, que todas as políticas relacionadas a desenvolvimento humano e social – políticas de habitação, de direitos humanos, políticas de inclusão social, políticas de saúde –, em todas elas, está incorporado, já na política nacional, o direito à união estável homoafetiva.

Então, o que precisa ser feito? Nesse caso, a Ver.^a Sofia está fazendo um regramento municipal, uma regulamentação de uma política nacional, porque isso não está culturalmente ainda assimilado aqui dentro do Departamento Municipal de Habitação, e, se não está colocado no regramento municipal, quando chega lá às regras que estão inscritas, os técnicos dizem que não pode. Então, ela está fazendo aqui um regramento municipal de legislação federal, determinação federal que já existe. Hoje, no Minha Casa, Minha Vida, isso já existe. Agora, nos demais programas habitacionais de Interesse Social do Município, isso ainda está garantido, mais pela interpretação de quem faz a análise do que por determinação da legislação.

Então, ele é um projeto que não é inócuo, inclusive a Procuradoria do Município é muito clara, ela diz que, consoante dispõe a Carta Magna, compete aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local e promover adequado ordenamento de inclusão e territorial mediante o planejamento e controle do uso e ocupação do solo – aqui é uma questão habitacional. E também a Lei Orgânica do Município declara que é competência

do Município para promover tudo quanto concerne ao interesse local e para promover a adequação social, ambiental, ordenamento territorial.

Então, primeiro, quero trazer essa justificativa, que não é minha, é da Procuradoria da Casa Legislativa, que diz que não tem nenhum problema de ordem legal, institucional e legislativa, e, segundo, que a matéria é objeto, sim, de proposição consoante ao exposto no debate.

A segunda questão é esta que eu já trouxe: um desdobramento da estrutura republicana no Estado, que já existe na União, e que, no Município, esse regramento nunca foi tratado. Portanto, a Ver.^a Sofia Cavedon está introduzindo este conceito da união estável homoafetiva como um regramento que se tornará oficial também na legislação municipal no que diz respeito às políticas habitacionais. Inclusive, Ver.^a Sofia, poderia ser em relação a todas as políticas do Município, não só em relação às políticas habitacionais. Então, esse regramento já existe nacionalmente, só que é mais amplo: é para as políticas habitacionais, direitos humanos, saúde e assim sucessivamente.

Nesse sentido, peço aos colegas Vereadores o voto favorável ao projeto da Ver.^a Sofia Cavedon. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Eng^o Comassetto.

O SR. JOÃO DERLY: Gostaria de saudar a ilustre presença do Sr. Ignacio Aloise, Diretor Esportivo da Federação Internacional de Judô, que está nos prestigiando, ele que também é presidente da Confederação do Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Muito obrigado, muito prazer, seja muito bem-vindo a esta Casa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra discutir o PLL nº 072/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde. Eu não podia me furtar de fazer este importante debate. A Ver.^a Sofia Cavedon traz um projeto que contribui muito para a Cidade e para os nossos balanços do trabalho legislativo. Eu vejo, no seu projeto, mais

uma vez, o pioneirismo da Câmara Municipal em temas que dizem respeito ao avanço dos direitos civis, da liberdade de orientação sexual e do reconhecimento da união homoafetiva e da constituição das suas famílias. Isso pode parecer pequeno, e o debate se existe no cadastro, se está na lei do Minha Casa, Minha Vida, etc. Mas nós aqui, Ver. Pedro Ruas, primeiro, não estamos só debatendo a letra fria da lei, estamos debatendo o reconhecimento desta Câmara ao avanço dos direitos que infelizmente no Brasil têm sido concedidos pelo Judiciário, fruto, Ana, da luta dos movimentos como a LBL, e tantos outros que se mobilizam no nosso País e que fazem as lutas contra a homofobia e em defesa dos seus direitos, que pressionam para que o Supremo reconheça a união civil igualitária, para que o Tribunal Superior do Trabalho faça aquilo que é evidente, mas que o conservadorismo do Congresso não avançou na legislação, que é a questão de repassar o benefício dos trabalhadores, foi uma decisão, no caso, dos aeroviários, que entraram na Justiça pelo reconhecimento da união homoafetiva e a distribuição, enfim, a garantia desses direitos trabalhistas aos pares, aos maridos, enfim, companheiras e companheiros. E isso vai se estender, certamente, para todas as outras categorias de trabalhadores organizados do nosso País, mas mais uma vez esteve nas mãos do Judiciário uma decisão que poderia ter seu pioneirismo nas Câmaras e nos Congressos, e eu digo pioneirismo porque nós aqui no Brasil, Porto Alegre, fomos a primeira Câmara a repudiar, por exemplo, Marcos Feliciano estar à frente da Comissão de Direitos Humanos. É o pioneirismo da Câmara, como foi a questão da abolição da escravidão quatro anos antes – e o Ver. Pedro Ruas sempre lembra isso – do resto do País. E nós aqui, Ver.^a Sofia, somos brindados na tarde de hoje com seu projeto. Quero dizer aos Vereadores e Vereadoras, especialmente ao Ver. Reginaldo Pujol, que não se trata apenas do Minha Casa, Minha Vida. Ainda que se trate do Minha Casa, Minha Vida, essa é uma das políticas habitacionais que uma cidade deve ter. Nós temos o Programa Integrado Entrada da Cidade, nós temos as políticas para aluguel social e para acesso a programas habitacionais gerenciados pelo Município, e esta regra na verdade lida com todos os programas habitacionais da cidade de Porto Alegre, independente se é o Minha Casa, Minha Vida ou não. E se for o Minha Casa, Minha Vida, primeiro que nós temos o princípio local, Ver. Delegado Cleiton, aqui na Câmara, o Ver. Pedro Ruas e eu, na Legislatura passada, aprovamos uma emenda no Minha Casa, Minha Vida de Porto Alegre que diz que em caso de empate teriam prioridade as mulheres chefes de família,

pág. 52

por uma questão de luta pela igualdade das mulheres, e foi aprovado! O Município, sim, pode legislar e ter as suas regras para incluir, para barrar o preconceito, para avançar nas políticas públicas, para dar pioneirismo ao Município inclusive com relação a outros Municípios! Eu vou ficar muito contente se amanhã, em outras cidades, tiverem projetos parecidos com este para incluir na política habitacional a união homoafetiva como família, porque cadastro único já tem! Um indivíduo, uma pessoa, chega lá e se cadastra! Mas na hora dos critérios, de quem vai ser beneficiário, evidentemente que a família vai ter prioridade. Isso não conta para fins de renda! Tu não calculas as duas rendas para ver quem tem mais necessidade ao mesmo tempo não só por um problema de acesso à moradia, mas por um problema de reconhecimento, de defesa da liberdade de orientação sexual e de reconhecimento dessas famílias. Por isso é fundamental a aprovação do seu projeto de lei. A senhora pode contar com o nosso voto, e que isso espelhe outros municípios porque ficamos muito contentes de ter projetos que avançam nas políticas públicas no Município de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver.^a Fernanda Melchionna. Encerrada a discussão. Em votação o PLL nº 072/13. (Pausa). Os Vereadores que concordam com o presente Projeto permaneçam como se encontram, os demais se manifestem. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol pede votação nominal. Solicito a abertura do painel. (Pausa.)

O SR. PEDRO RUAS (Questão de Ordem): V. Exa. havia colocado o Projeto em votação e disse: “Os que concordam permaneçam como estão, os que não concordam...” Aí, o Ver. Reginaldo Pujol fez o sinal. Parece-me que já estava em votação. Acho que o Ver. Reginaldo Pujol tem todo o direito de votar contra, mas o pedido de votação nominal, depois de perguntado “os favoráveis permaneçam como estão”, eu acho que não pode, Presidente. Nós estávamos já na de contagem de votos. V. Exa. ia declarar por maioria, ou derrotar, ou vencer, mas não tem como pedir votação nominal no final da votação! É o que me parece, me parece óbvio, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Ver. Pedro Ruas, eu não havia concluído a minha fala e o Vereador levantou a mão. Por isso eu olhei para ele...

O SR. PEDRO RUAS (Questão de Ordem): V. Exa. disse, está nos Anais: “os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem.” Aí, o Vereador levanta e diz: “nominal”. Há uma irregularidade, Presidente. Eu sei que não há intenção do Vereador nisso, mas há uma irregularidade da condução. Até peço que o Diretor Legislativo se manifeste nesse sentido. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): É decisão do Presidente. Eu mantenho, então, a votação nominal. O painel está aberto. Lembro que a presença deste Presidente consta como presença.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Reginaldo Pujol, o PLL nº 072/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**. Dezoito presentes, mais a presença deste Vereador, 19 presentes.

Em votação o Requerimento nº 177/13. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 177/13.

O VER. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, o Requerimento da Ver.^a Fernanda Melchionna, que requer Moção de Solidariedade com a nossa conterrânea que se encontra enclausurada na Rússia é de atualidade, porque existe, no nosso entendimento, uma atuação muito tímida por parte do Ministério das Relações Exteriores no sentido de apoiar essa jovem idealista, que, juntamente com outras pessoas vinculadas ao Greenpeace, se manifestou, ou tentou se manifestar, em águas marítimas da Rússia. Evidentemente que, sem olhar o mérito do movimento, que é a vedação da exploração petrolífera lá no ártico, sem considerar esse fato, mas considerando o direito elementar que as pessoas têm de se manifestar pacificamente, não me parece que a nossa conterrânea tenha incorrido em qualquer deslize nesse particular. E mesmo para aqueles seus colegas que tentaram escalar o paredão, isso não constitui numa agressão, e, sim, numa tentativa não muito ortodoxa, nada ortodoxa, de se fazer um protesto contra

uma determinada atividade. Mas o que importa, Sr. Presidente, é que nós não podemos negar a nossa solidariedade, especialmente aos familiares da bióloga, um dos quais é nosso conhecido de longa data, atuante na vida comunitária de Porto Alegre, presidente de uma Associação de Transportadores Escolares, o Jaires Maciel, que está em dúvida se irá ou não à Rússia, e, para isso, precisa do apoio do Governo Federal. Acho que uma decisão nossa nesse sentido não é só simbólica. Ela pode contribuir para que se desenvolvam algumas atividades tendentes a crescer a movimentação que hoje se faz, internacionalmente, em favor não só da bióloga, nossa conterrânea, como aos seus demais companheiros. Fico, pois, muito à vontade para, desta tribuna, como sempre faço, dizer que apoiarei tranquilamente a proposição da Ver.^a Fernanda Melchionna, porque acho que a bióloga, filha do Jaires Maciel, merece o nosso apoio e a nossa solidariedade. É isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 177/13, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Queria encaminhar essa matéria e, na verdade, dizer da importância de este Parlamento se posicionar. Estamos nos posicionando em várias esferas, não só na solidariedade à Ana Paula Maciel, que é a gaúcha que fazia parte da tripulação do Greenpeace, que fazia um protesto contra a exploração do petróleo, portanto, em defesa ao meio ambiente, em águas internacionais, como a todos os outros tripulantes de todas as outras nacionalidades, exigindo e reivindicando que haja uma intervenção forte do Governo Federal, do Ministério das Relações Exteriores, do Itamaraty. Enviamos, também, cópia à Embaixada da Rússia no Brasil, porque, de fato, nós estamos vendo esse país, sistematicamente, violar os direitos humanos. Essa Moção se refere a um protesto em águas internacionais, já que a Rússia mantém enjaulados os ativistas e está pedindo 15 anos de prisão por pirataria, justamente porque protestavam em águas internacionais contra a exploração do petróleo. Um escândalo completo!

E eu me recordo, ainda, das declarações homofóbicas que ocorreram no mundo do esporte e da prisão arbitrária das integrantes da banda de roque Pussy Riot, que estão

condenadas por fazerem mobilizações. Então nós estamos vendo o governo russo, do Vladimir Putin, e a institucionalidade daquele país cada vez mais violar normas internacionais de direitos humanos, violar uma ativista brasileira e ativistas de outras nacionalidades.

É importante, portanto, que este Parlamento se posicione, neste momento, em relação aos ativistas do Greenpeace pela imediata libertação, pelos seus direitos humanos e democráticos e pelo reconhecimento da necessidade de protestos em defesa da natureza e do meio ambiente.

E nós teremos, sim, que debater as relações comerciais com um país que, sistematicamente, viola vários, vários direitos humanos fundamentais. Mas em outro momento faremos isso.

Então, quero agradecer a todos que ficaram para nos ajudar na aprovação dessa Moção porque é fundamental que a gente se posicione em temas tão importantes. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 177/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – vou encaminhar daqui mesmo do microfone de apartes devido ao horário –, nós não só votaremos favoravelmente, como estamos agregados à campanha em defesa da nossa ativista gaúcha que está presa na Rússia. Um grande abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 177/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Vou seguir o Ver. Comassetto e falar do microfone de apartes, em razão do adiantado da hora: é lógico que nós vamos votar a favor e também temos a concordância no sentido de temer que depois de uma ditadura de esquerda venha outra

ditadura como essa que esta lá na Rússia e em outros lugares do mundo também. Então, deixo a nossa solidariedade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Cecchim. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 177/13.

A SRA. JUSSARA CONY: A visão que o Partido Comunista do Brasil tem é esta visão que nos permitirá hoje aprovar esta Moção: a visão internacionalista e a visão de direitos humanos. O PCdoB votará a favor. Só não vamos a tribuna pelo adiantado da hora e por que queremos quórum para votar esta Moção de extremo mérito.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 177/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Nós também, o PSB, vamos votar favoravelmente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Ferronato. Em votação o Requerimento nº 177/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade desta Casa.

O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Antes disso, eu queria dizer o seguinte: nós iríamos votar agora um Requerimento, o Requerimento nº 173/13, de minha autoria – e estiveram aqui presentes durante toda a tarde de hoje o Presidente e mais o grupo da nossa Associação Pró-Efetivo de Reservistas da Brigada Militar –, nós vamos respeitar o pedido de verificação de quórum solicitado pelo Ver. Professor Garcia, mas quero pedir que, na segunda-feira, o Requerimento nº 173/13 seja o primeiro projeto a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Professor Garcia retira o pedido. Cancelo, então, a verificação de quórum.

Em votação o Requerimento nº 173/13. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 173/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Vou falar até para que se esclareça aquilo que estamos votando agora. Nós temos, pelo Estatuto da Brigada Militar, que, em casos especiais, poderão ser chamados servidores militares da reserva, mediante aceitação voluntária a ser designada para serviço ativo em caráter transitório. E a nossa Associação Pró-Efetivo, desses reservistas da Brigada Militar, está pleiteando, discutindo com o Governo do Estado, a afirmação de uma modificação na legislação estadual para que isso possa ocorrer. Portanto, é uma proposta que apenas sinaliza, aqui da Câmara, o nosso apoio para que esses policiais militares reservistas possam ser chamados em caráter de emergência, e estamos aqui pedindo o voto das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Airto Ferronato. Em votação o Requerimento nº 173/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 141/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 141/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(17h56min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Ver. Nedel, na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores, venho a esta tribuna no período de Pauta, quase às seis da tarde desta quarta-feira, dando sequência aos trabalhos profícuos e de grande resultado, no meu entendimento, tendo em vista as várias iniciativas que nós conseguimos traduzir em materialidade, ou seja, que agora passam a valer para a nossa Cidade e, especialmente, para debater três projetos que estão em 2ª Sessão de Pauta. O primeiro deles, da Ver.^a Sefora Mota, o PLL nº 282/13, que inclui a efeméride Dia do Paradesporto no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. Quero dizer que, para quem não sabe, faço parte de uma entidade, ali no final da Ipiranga, do Lar Santo Antônio dos Excepcionais. Durante toda a minha trajetória – inclusive, Ver. Professor Garcia, que é professor de Educação Física, tenho certeza de que também vai acompanhar a iniciativa da Vereadora –, essa questão das pessoas portadoras de deficiência tem tido todo o apoio desta Casa, desde o início da formação da Secretaria de Acessibilidade que passou a materializar a priorização de políticas públicas pelo nosso Governo às pessoas portadoras de deficiência. Porque, quando se institui, dentro da estrutura de ponta do Município e se dá a caneta para o Secretário Municipal realizar políticas públicas com foco às pessoas portadoras de deficiência, realmente, há uma sinalização de que essa é uma pauta prioritária de um governo. Então, mais uma vez, quero cumprimentar o esforço do Fogaça e do Fortunati, tivemos aqui o próprio Ver. Paulo Brum que também foi Secretário de Acessibilidade, e também quero cumprimentar a Vereadora. Acho que tudo aquilo que pudermos fazer para respaldar as políticas públicas para as pessoas portadoras deve ter o apreço e o apoio deste Legislativo. Em especial, mais ainda, para aqueles que superam a sua dificuldade e ainda encontram no esporte mais uma inspiração. As pessoas portadoras de deficiência que se empenham em batalhar... e está aqui o João Derly, nosso campeão mundial, tenho certeza de que nós, que somos da bancada jovem, eu também tive oportunidade de ser Secretário de Esportes, estamos acompanhando a Ver.^a Sefora nessa iniciativa.

Quero falar um pouco a respeito do PLL nº 288/13, de autoria Ver. Mônica Leal, que inclui a efeméride Dia do Chega! – Movimento contra a Violência no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre. Acho que a Vereadora, em período de Liderança de seu Partido, fez um pronunciamento forte aqui a respeito da lamentável situação que ocorreu ontem à noite – e está aqui o Ver. Pujol, que é o Presidente da CPI da Invasão da Câmara – ali na residência ou no prédio em que reside o Prefeito Fortunati, inclusive denunciando a omissão de alguns setores do Governo Estadual que deveriam estar zelando ali pelo prédio do Prefeito e, no entendimento dela e no meu também, e acho que de muitos outros aqui, houve uma certa omissão de quem deveria ter a responsabilidade de estar zelando ali pelo prédio do Prefeito. Então, quero cumprimentar a Ver.^a Mônica Leal por essa iniciativa e pelo seu pronunciamento. Casualmente, este Vereador tem a responsabilidade de estar relatando ou fazendo a relatoria da CPI da Invasão da Câmara, que também aqui presenciou fatos notórios escandalosos de atentados e violência. Ontem, presenciamos, na exposição dos vídeos, crianças sendo usadas como cordão de isolamento, consumo de drogas, organização de milícias para abastecimento, alimentação, enfim, uma série de situações que ocorreram aqui: depredação, insulto a crianças religiosas... O prejuízo causado aqui – eu mesmo já mencionei, no Grande Expediente – relativos aos custos foi de R\$ 1 milhão, isso foi o que aquela invasão representou para a Cidade. Então, eu quero também cumprimentar a Vereadora.

Eu ia falar aqui, mas terminou o meu tempo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Eu queria agradecer ao Sr. Presidente. Só para concluir, então, eu queria também falar um pouquinho sobre o projeto de lei de autoria deste Vereador. Eu tenho aqui alguns colegas corretores de imóveis e o Ver. Bernardino, inclusive, este ano, junto comigo, proporcionou que a Casa fizesse uma homenagem ao Dia e à Semana do Corretor de Imóveis. Nós já estamos quase que na 40ª realização da semana, por iniciativa do Sindimóveis, do Sindicato, então, nós também estamos incluindo o Dia Municipal do Corretor de Imóveis e a Semana Municipal do Corretor de Imóveis no calendário oficial do Município. Então, eu peço a compreensão e agradeço àqueles que me concederam mais esses segundos para finalizar a nossa intervenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários desta Casa, público que nos assiste, eu gostaria, aqui, na discussão de Pauta, de falar sobre o projeto do Ver. Pedro Ruas, que homenageia a Associação dos Funcionários Públicos do Estado, local onde tenho grandes amigos, e aproveitar esse espaço em que se fala em funcionário público. Eu gostaria de fazer uma homenagem aqui, Ver. Idenir Cecchim, aos professores. Ontem foi Dia dos Professores, e aqui nós temos uma colega professora. Como o meu Partido é o Partido da educação, que prima pela educação, o Partido que teve o Governador que mais investiu em escolas e aprimoramento de professores, que foi Leonel Brizola. Então, eu gostaria de fazer esta homenagem aqui, trazendo o que é o símbolo do meu Partido, que é a rosa. Faço esta homenagem e peço até para a minha assessora que entregue em mãos da nossa professora aqui, da nossa “professorona”. E aqui, além dessa rosa vermelha, que é a rosa do nosso partido, ela está embrulhada, professora, na lei que institui o piso nacional dos professores. Eu gostaria de que a senhora levasse junto e relembresse ao nosso Governador que os professores realmente merecem esse aumento.

(O Ver. Delegado Cleiton procede à entrega da flor à Ver.^a Sofia Cavedon.) (Palmas.)

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador.) Nós vamos pagar o piso com certeza, estamos, aceleradamente, indo para isso. Obrigada, eu fico bastante emocionada. E o título de “professorona” muito me honra, é uma causa que realiza a minha vida. Muito obrigada pela tua sensibilidade. (Palmas.)

O SR. DELEGADO CLEITON: Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a nossa Pauta, na discussão preliminar, hoje, está muito rica, tem 23 projetos, todos eles de grande relevância, que evidentemente devem merecer, como alguns deles já mereceram a nossa atenção em oportunidade anterior. Dois, entretanto, se sobressaem. O primeiro deles de origem do Governo Municipal é o PLCE nº 013/13, que dispõe sobre os procedimentos para supressão, transplante ou poda de espécimes vegetais no Município de Porto Alegre, e revoga os Decretos nºs 10.237, de 11 de março de 1992; 10.258, de 3 de abril de 1992; 15.418 de 20 de dezembro de 2006; 17. 232 de 26 de agosto de 2011; 18.083 de 21 de novembro de 2012; e 18.305, de 28 de maio de 2013. Sr. Presidente, este projeto tem 62 artigos e dois anexos, entre exposição de motivos e o corpo do projeto propriamente dito, nada mais, nada menos, envolve cerca de 45 folhas, e que, evidentemente, não podem ser compulsadas de forma tão rápida, capaz de permitir que, hoje, nós já estivéssemos com condições de proceder à uma análise mais profunda da matéria. Chamo a atenção, entretanto, pela circunstância de que traz no seu conjunto essa supressão, essa revogação de vários decretos, o que para nós, Parlamentares, é um fato positivo, porque, cada vez que é substituído um decreto por lei, nós temos a plena consciência, Ver. Cleiton, de que uma matéria passou pelo crivo do Parlamento, do Poder Legislativo.

De qualquer sorte, nós haveremos de aprofundar a análise, porque se trata de uma matéria que, aparentemente, é simples, mas que, pelo grau de detalhamento, não é tão simples assim e que trata de um assunto de mais ampla relevância, que é o problema do transplante, plantio, supressão e poda de árvores, fatos que cotidianamente estão nos trazendo preocupações e até ocupações, especialmente com relação a cortes e podas. São centenas, senão milhares os pedidos que há na Secretaria Municipal do Meio Ambiente feitos por particulares, em estudo. E o tempo vai passando, sem que possam sequer serem despachadas, tamanho o volume de solicitações feitas. Porto Alegre, que se orgulha de ter mais de um milhão de árvores plantadas, grande número delas plantadas em Governos de que fiz parte, não pode desconhecer que muitas delas foram equivocadamente plantadas, porque, pelas suas características, por serem de raízes

tubulares, não podiam estar nas vias públicas, deveriam estar nos parques, nas praças e, cedo ou tarde, vão criar transtornos de tal ordem que vão gerar necessidades de substituição ou, quem sabe, na melhor das hipóteses, de transplante, o que não é muito fácil quando se trata de elemento vegetal de raízes tubulares.

Mas não é só este assunto que nos traz à tribuna. Também um segundo projeto de origem do Executivo merece a nossa atenção, Ver.^a Sofia, e certamente vai merecer a sua também, porque (Lê.): "... altera os itens do Recrutamento e Identificação do cargo de provimento efetivo de Técnico em Cultura, constante na Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988 – que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município, dispõe sobre o Plano de Pagamento e dá outras providências." A exposição é simples, é objetiva. Nós teremos o ensejo, inclusive, de, na próxima oportunidade, quando houver discussão em pauta, já que esta matéria hoje está cumprindo o seu primeiro dia de pauta, voltará na segunda-feira para ser objeto da nossa discussão ou, quem sabe, bem antes, mas, de qualquer sorte, nós vamos querer também discutir esta matéria, porque propõe modificações sugeridas: (Lê.): "...alterado o item idade, com o objetivo de adequação à legislação vigente, passando a constar como 18 anos completos, sem limitação superior e o item Referências da Identificação, incluindo as referências E e F, recentemente incluídas na legislação." É a adequação da lei, mas como toda lei, merece ter a atenção e o cuidado devidos, especialmente se tratando do cargo específico de técnico em cultura.

Por hoje, Sr. Presidente, era isso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Agradeço a V. Exa., Ver João Carlos Nedel, que conduziu os trabalhos, hoje, toda a tarde, uma tarde extraordinária, acho que fizemos duas votações muito importantes: consagramos a Banda Municipal como patrimônio cultural e imaterial desta Cidade e determinamos que casais homoafetivos, sim, podem se inscrever como família, no critério família, para fins de acesso à moradia.

Agora, fechamos com a Pauta e eu ainda emocionada, Ver. Delegado Cleiton, com a homenagem em relação aos professores. Ontem, dia 15 de outubro, dia do professor, da professora, nós não tínhamos sessão plenária; e hoje, fato importante, a sua rosa e o seu registro e a lembrança do piso não deixaram passar em branco o nosso dia.

A Câmara vai ter, no final deste mês, um seminário da Comissão de Educação valorizando as boas práticas pedagógicas que as escolas fazem, apesar de todas as dificuldades. E um dos projetos que tramitam nesta Casa também homenageia os professores, que é o projeto que estabelece a obrigatoriedade do alvará de localização para a escola que deseje ou que proporcione a venda direta de livros didáticos dentro da escola para as famílias. Por que nós entendemos que são homenagens aos professores? Primeiro, porque, quando se fortalecem livrarias, quando se fortalece livraria que funciona o ano inteiro, nós estamos dando apoio à grande luta da escola, que é a construção do conhecimento. Segundo, que o livro didático tem que ser uma escolha soberana dos professores, a partir do seu debate pedagógico, da construção do projeto político pedagógico. Não pode ser resultado de *lobbys* de editoras ou de facilitação para pais, de uma maneira ou outra, que não a valorização da aprendizagem e do critério técnico. Portanto, com esse debate, com esses dois registros, eu quero homenagear os professores, fazendo três ou quatro referências. Nós temos andado pelas escolas, a Comissão de Educação, e nos surpreendido com a reinvenção do currículo que vemos lá. E comparo a Heitor Villa Lobos, que é campeã de robótica. Os alunos viajaram já hoje para o campeonato nacional e dão aula para os pequeninos, de controle remoto de robôs, e inventam tecnologia a partir disso na Vila Mapa, uma vila empobrecida, com muitas dificuldades. Compro com os professores de pré-vestibular que reinventam o conhecimento, que produzem nas mais diferentes formas e formatos... O Ângulo Vestibulares criou, inventou a aula 360 graus, e a Secretaria Estadual de Educação contratou esse curso pré-vestibular para desenvolver aulas dessa maneira, para ensinar essa tecnologia aos professores da rede de ensino, Márcia, que me escuta. O Ângulo criou uma aula 360 graus para fazer com que o aluno entenda e se sinta dentro da Semana da Arte Moderna. E agora, em uma parceria com a Universidade Federal, o Governo do Estado e o Governo Federal investiram nessa tecnologia, nessa reinvenção da aula. E, se formos à Escola Estadual Vera Cruz, vamos ver que aquela Escola não deixa meninos evadirem porque investe no contato com os livros, com as livrarias, com a

literatura, com a arte e é uma escola que superou a evasão, drama de todas as escolas, e se a gente trabalha esses três professores em diferentes lugares – escola privada, escola estadual, escola pública municipal –, nós vamos ver que o professor é um produtor de conhecimento, de inovação, a partir das situações mais difíceis e desafiadoras e diante de uma sociedade muito desafiadora, da tecnologia, que chega muito devagar à sala de aula. Portanto, o professor é que é 360 graus, afirmo eu, o professor tem de ser multidimensional. Esse professor, essa professora merece a nossa valorização, em especial pelos projetos que aqui votamos e discutimos.

O Sr. Reginaldo Pujol: V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, V. Ex.^a já foi homenageada com uma flor socialista; agora, receba uma homenagem liberal, de quem não lhe dá flor, porque a senhora é a flor a ser homenageada.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigada, Ver. Pujol! Encerro dizendo que sei que são sinceras as manifestações dos colegas de outros partidos. Temos grandes divergências em alguns temas, mas todos nós reconhecemos o valor inestimável dos professores e o quanto a sociedade e as políticas públicas ainda devem a eles. Muito obrigada a vocês, parabéns aos professores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Antes de encerrar a presente Sessão, quero cumprimentar os médicos anestesistas pelo seu dia, e por amanhã, que é o Dia do Médico. Recebam os cumprimentos desta Casa.

Quero lembrar também que em Porto Alegre está sendo realizado o Campeonato Mundial de Atletismo Máster, um grande evento da nossa Cidade. Mais de 4.200 atletas de 82 países estão em nossa Capital promovendo o esporte, promovendo o turismo e a solidariedade entre todos os países. Estão todos convidados a prestigiar e a participar desse grande evento.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h21min.)